

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

IVAN VILELA E SILVA

DO ENQUADRAMENTO À ÉTICA:
**Perspectivas de coberturas midiáticas da prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier
de Olivo**

Monografia

MARIANA

2019

IVAN VILELA E SILVA

DO ENQUADRAMENTO À ÉTICA:

**Perspectivas de coberturas midiáticas da prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier de
Olivo**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Ouro Preto como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Jornalismo.

Orientadora: Ma. Luana Viana

MARIANA
2019

S586d

Silva, Ivan Vilela e.

Do enquadramento à ética [manuscrito]: perspectivas de coberturas midiáticas da prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Ivan Vilela e Silva. - 2019.

84f.: il.: color; Quadros.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Luana Viana.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Olivo, Luis Carlos Cancellier de, 1958-2017 - Teses. 2. Rádio na educação - Teses. 3. Ética jornalística - Teses. 4. Suicídio - Teses. I. Viana, Luana. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 070.11

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
COORDENADORIA DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ivan Vilela e Silva

Do enquadramento à ética: Perspectivas de coberturas midiáticas da prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo

Membros da banca

Luana Viana e Silva - Mestra - Universidade Federal de Ouro Preto
Híla Bernadete Silva Rodrigues - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto
Luãn José Vaz Chagas - Doutor - Universidade Federal de Mato Grosso

Versão final

Aprovado em 09 de dezembro de 2019

De acordo

Ma, Luana Viana e Silva



Documento assinado eletronicamente por **Luana Viana e Silva, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 11/12/2019, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0027631** e o código CRC **BB379E52**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.203875/2019-77

SEI nº 0027631

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Em memória de Luiz Carlos Cancellier de Olivo

*Dedico este trabalho à memória da minha querida mãe, Helenice,
e da minha amada avó, Rita. De onde estiverem,
vocês têm o meu amor!*

AGRADECIMENTOS

Queridos,

A conclusão deste TCC marca o fim de uma etapa que foi muito importante na minha vida. Assim como aconteceu durante os meus quatro anos de graduação, eu não estive sozinho nesse final e, graças a toda companhia e apoio que recebi, fui capaz de completar esse processo. Primeiramente, não poderia deixar de mencionar duas forças que tive durante toda a minha vida e que, mesmo não estando mais presentes fisicamente, me deram a base que eu precisava para escrever este texto hoje. Minha mãe e minha avó foram os alicerces mais essenciais que já tive. Hoje, me espelho nelas e em suas atitudes. Obrigado por, mesmo de longe, serem as pessoas que me mantêm em pé.

Ao meu pai e meu irmão, por sempre acreditarem que eu conseguiria chegar até aqui. Muitas vezes escutaram minhas reclamações e desesperos e, mesmo sabendo que eu estava desordenado, souberam emitir palavras que me colocavam no eixo. Obrigado pela presença, que mesmo com quase 350 km de distância, ainda se mantém.

Aos meus queridos amigos de Mariana, em especial a minha turma incrível do Jornalismo 16.1, nos quais pude encontrar os corações mais puros desse mundo. Obrigado por serem companheiros, acolhedores e singelos. A importância de vocês em minha vida foi sendo construída ao longo do tempo em cada encontro, cada risada, cada choro de alegria e até nas tristezas. Afinal, foi assim que pude perceber que tinha vocês comigo sempre.

A minha querida Luana Viana, na qual encontrei muito mais do que uma orientadora. Obrigado por ter aceitado enfrentar essa etapa comigo. Foram muitos encontros, muitos desesperos, risos e alegrias. No final disso, olho para trás e vejo que esse trabalho também é fruto de muito esforço seu. Gratidão por sempre me incentivar, me mostrar que eu sou capaz e, acima de tudo, não ter desistido de mim.

Carol, Magal e Malu, que se tornaram uma parte importante da minha vida em Mariana. Hoje, não consigo me imaginar sem a presença desse trio que tanto me ouviu, me aconselhou e me acolheu tão bem que espantava os males sempre que necessário. Se era de uma risada que eu precisava, elas se prontificavam para me colocar sorrindo em qualquer momento. Obrigado por estarem comigo até aqui. Estejam cientes que tudo isso também foi graças a vocês.

À Aline que durante o meu estágio na Converso Comunicação, em Ouro Preto, muito me ouviu e me aconselhou nessa fase final do curso, não só sobre o TCC, mas também sobre

a vida. São essas pequenas presenças e apoios que me fizeram ser capaz de chegar até aqui. Aos queridos da ACI, bolsistas e jornalistas, que me apoiaram na escrita do anteprojeto deste trabalho e me incentivaram em tudo.

Aos professores que tenho a honra de comporem a minha banca. À professora doutora Hila Bernadete Silva Rodrigues, do Departamento de Jornalismo da UFOP, e o professor doutor Luãn Chagas, da Faculdade de Comunicação e Artes (FCA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por se disporem a ler meu trabalho e contribuírem para esta pesquisa. Com toda certeza, vocês agregaram muito ao meu trabalho.

À República Intocáveis, por serem minhas irmãs e companheiras. Por tanto me ouvirem e acreditarem em mim. Com toda certeza, nada nesse caminho seria tão bom se eu não tivesse vocês ao meu lado.

Por fim, mas nada menos importante, a minha casa. A República Tranca Rua teve um papel importante não só nessa conclusão, mas durante toda a minha caminhada. Obrigado por me fazerem tão feliz e me sentir capaz nas coisas em que me propus a fazer. Obrigado por tolerar minhas ausências e me ajudarem sempre que precisei. Aqui também incluo Vitória, Letícia e Vitor, que me acompanharam por inúmeras tardes e que, cada um com seu trabalho, me deu coragem pra continuar nessa escrita.

À todos, dedico mais do que esse trabalho, mas também o fim de um ciclo que me deixou marcas. Marcas estas que carregam muitos sentimentos que, durante várias vezes, foram ressignificados. Dessa forma, pude escolher tudo o que me deixou mais feliz nesse período e levar comigo do lado mais bonito dentro de mim. Obrigado por tudo!

Um grande abraço!

“O suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios.’ Mais de um século e meio depois, com as taxas de suicídios mantendo curvas ascendentes, continuamos como testemunhas, mas de um tipo muito particular: aquele que se recusa a ver o que ocorre à sua volta. Nisso, como noutras coisas, a imprensa é nosso espelho.”

- *Arthur Dapieve em sua obra “Morreu na contramão: o suicídio como notícia”*

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de discutir os conceitos da Teoria do Enquadramento (ROSSETO E SILVA, 2012; MENDONÇA E SIMÕES, 2012) e da Ética Jornalística (BUCCI, 2000) no âmbito prático do campo, principalmente no que tange a divulgação de matérias que abordem suicídio (CÔRTE et al., 2015; BARBOSA et al., 2010). Além disso, discutimos sobre a importância da webradio pública educativa para o debate e discussão da ética jornalística, trazendo contribuições de Zuculoto (2011, 2018), Lopez (2017, 2018) e Spenthof (1998). Por fim, desenvolvemos duas análises, tendo como metodologia base a Análise de Conteúdo (HERCOVITZ, 2007). Na primeira, observamos a ética na cobertura midiática do caso Cancellier, tendo como *corpus* o programa “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC. Na segunda, por sua vez, desenvolvemos uma análise de enquadramento, observando como se deu a narrativa construída em seis matérias de veículos mercadológicos sobre a prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Como principal resultado, entendemos que o programa de rádio analisado, que é transmitido por uma emissora pública educativa, está à frente no debate ético da profissão, uma vez que os veículos tradicionais cometeram inúmeros erros na realização da cobertura do caso analisado.

Palavras-Chave: Cancellier, Enquadramento, Ética, Notícia, Rádio, Suicídio.

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the concepts of Framing Theory (ROSSETO AND SILVA, 2012; MENDONÇA AND SIMÃO, 2012) and Journalistic Ethics (BUCCI, 2000) in the practical scope of the field, especially regarding the dissemination of news about suicide (CORTE et al., 2015; BARBOSA et al., 2010). In addition, we discuss the importance of an online radio that is public and educational which helps to raise the debate and discussion of journalistic ethics, bringing contributions from Zuculoto (2011, 2018), Lopez (2017, 2018) and Spenthof (1998). Finally, we developed two analyzes based on Content Analysis (HERCOVITZ, 2007). In the first, we observed the ethics in the media coverage of the Cancellier case, having as corpus the program “Jornalismo em Debate”, by Rádio Ponto UFSC. In the second, we developed a framing analysis, observing how the narrative was built in six articles of news media about the prison and suicide of Luiz Carlos Cancellier de Olivo. As a main result, we understood that the analyzed radio program, which is broadcast by a public educational broadcaster, is at the forefront of the profession's ethical debate, since the traditional news media have made numerous errors in covering the analyzed case.

Key Words: Cancellier, Framming, Ethics, News, Radio, Suicide.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícias sobre manifestações contra o corte de verbas	p.20
Figura 2 – Notícias sobre manifestações contra o corte de verbas	p.20
Figura 3 - Artigo sobre a cobertura midiática do suicídio de Cancellier	p.21
Figura 4 - Notícia do Diário Catarinense	p.55
Figura 5 - Notícia da Folha de São Paulo	p.59
Figura 6 - Notícia do jornal O Globo	p.63
Figura 7 - Notícia do jornal O Município	p.68
Figura 8 - Notícia do G1	p.71
Figura 9 - Notícia da Revista Exame	p.74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Operadores da primeira etapa metodológica	p.46
Quadro 2 - Operadores da Análise de Enquadramento	p.48
Quadro 3 - Análise do programa Jornalismo em Debate	p.53
Quadro 4 - Análise de enquadramento da matéria veiculada pelo Diário Catarinense	p.56
Quadro 5 - Análise da matéria sobre a prisão de Cancellier na Folha de São Paulo	p.60
Quadro 6 - Análise da Notícia do jornal O Globo	p.63
Quadro 7 - Análise da notícia do jornal O Município	p.68
Quadro 8 - Análise da matéria do G1 sobre a morte de Cancellier	p.71
Quadro 9 - Análise da matéria da Revista Exame sobre a morte de Cancellier	p.75

Sumário

INTRODUÇÃO	p.14
1. CAPÍTULO 1 - ESPECIFICIDADES DO FAZER JORNALÍSTICO	p.18
1.1 - Teoria do Enquadramento	p.18
1.2 - Discussão sobre Ética Jornalística	p.22
1.3 - Mídia e Suicídio	p.26
2. CAPÍTULO 2 – RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS	p.29
2.1– Rádios Públicas e o debate sobre a democracia	p.29
2.2 – Rádios Públicas Educativas	p.31
2.3 – Webrádios universitárias e a formação do estudante de jornalismo	p.36
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	p.39
3.1 –A história de Luiz Carlos Cancellier de Olivo.....	p.39
3.2 – Entenda o Caso	p.40
3.3 – Ferramentas Metodológicas	p.42
3.3.1 – Análise de Conteúdo	p.42
3.3.2 – Primeiro Processo Metodológico	p.44
3.3.3 – Operadores da Primeira Etapa	p.46
3.3.4 – Segunda Etapa Metodológica	p.47
4. AS PERSPECTIVAS DAS COBERTURAS MUDIÁTICAS DA PRISÃO E SUICÍDIO DE LUIZ CANCELLIER DE OLIVO	p.50
4.1 – Discutindo a ética jornalística no caso Luiz Carlos Cancellier de Olivo	p.50
4.2 – O enquadramento das notícias no caso Cancellier	p.54
4.2.1 – Diário Catarinense	p.55
4.2.2 – Folha de São Paulo	p.58
4.2.3 – O Globo	p.62
4.2.4 – Considerações das notícias sobre a prisão de Cancellier	p.65
4.2.5 – O Município.....	p.67
4.2.6 – G1.....	p.70
4.2.7 – Exame.....	p.74
4.2.8 – Considerações sobre as notícias da morte de Cancellier	p.76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.79
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	p.82

Introdução

A mídia, por meio dos veículos de informação, possui um papel importante na sociedade. Essa importância se torna ainda mais relevante quando percebemos a influência dos meios comunicacionais dentro da rotina das pessoas e no cerne da comunidade. Diante disso, observar como se dá essa relação e analisar as formas como são construídos os processos entre mídia e população se faz um exercício necessário nos dias de hoje, onde vemos um grande contato das pessoas com variados sites, portais e meios de informação que divulgam, a todo tempo, novas notícias e reportagens que abordam os mais diversos assuntos de maneiras diferentes.

Eugênio Bucci (2000, p.203), em seu livro “Sobre Ética e Imprensa”, diz que “tanto as faculdades como as redações, tanto as empresas como os sindicatos e associações profissionais e empresariais, têm o dever de cultivar a noção de que o jornalismo, acima de tudo, é uma ética”. Afinal, se a sociedade é o público principal do jornalismo, porque não colocá-la em primeiro plano? E nada melhor do que a ética profissional, devidamente discutida e debatida, para ajudar a definir as posturas, angulações e até mesmo as matérias que devem vir à tona. Ética agrega o significado de “responsabilidade”, que é um quesito importante da profissão.

Por outro lado, em paralelo com a questão ética da profissão, o enquadramento faz com que certas faces sejam priorizadas nas produções jornalísticas. Uma não exclui a outra, porém o enquadramento, utilizado de modo desleal, pode criar injustiças, desentendimento e, até mesmo, desencontro de informações.

Ainda nesse aspecto sobre a ética, é importante ressaltar a importância da universidade pública como um espaço de debate para ampliação e melhoria da ética da profissão de jornalista. Em tempos de perseguição às instituições de ensino públicas com cortes de verbas à educação superior, torna-se cada vez mais difícil manter uma qualidade no ensino e uma prospecção de um futuro melhor para a profissão. Afinal, é dentro de salas de aulas que se formam, no sentido mais literal da palavra, os profissionais do futuro.

No início de 2019, o Ministério da Educação (MEC) teve 1,7 bilhões de reais bloqueados. Esse dinheiro seria repassado às universidades federais brasileiras. A promessa do atual ministro da educação, Abraim Weitraub, era de que se as arrecadações de impostos melhorassem no país, o corte seria desfeito. E realmente foi. No fim de outubro de 2019, o ministro liberou todo o dinheiro que havia sido congelado. Entretanto, isso comprometeu a verba das universidades, que funcionam em lógica anual. Não foram feitas licitações,

repasses de bolsas, dentre outros. Liberar o dinheiro novamente, após deixar durante mais de seis meses bloqueado, afetou significativamente as instituições.

Podemos perceber que, para além de números, essa realidade faz parte de um desmonte da educação pública de qualidade. Atacada desde o governo do ex-presidente Michel Temer, a educação brasileira tem sobrevivido sob constantes ameaças e cortes. Sendo assim, entendemos que a luta pela educação pública de qualidade está presente nos momentos em que ainda é possível levantar discussões que proporcionarão para a sociedade profissionais mais éticos e competentes, no sentido de fazer o correto. É preciso entender que, mesmo sob diversas ameaças, ainda é possível e necessário realizar uma pesquisa que fale sobre importantes assuntos aos quais não podemos fechar os olhos.

Sendo assim, este trabalho se propõe a analisar a cobertura midiática da Operação Ouvidos Moucos, deflagrada pela Polícia Federal de Santa Catarina, que culminou no suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Tendo como proposta um trabalho multimetodológico, a pesquisa traz como um dos objetos o programa “Jornalismo em Debate” da Rádio Ponto UFSC, no qual é realizado um debate sobre a cobertura da operação, além de seis notícias de veículos de imprensa do âmbito mercadológico.

São desenvolvidas duas análises: uma por meio da ética jornalística utilizando o programa de rádio para observar se as notícias e reportagens divulgadas fizeram um trabalho de acordo com os códigos de ética que regem a profissão. Na outra, por sua vez, objetiva-se observar os enquadramentos das notícias selecionadas com a intenção de perceber se o trabalho dos veículos foi ético em relação à narrativa construída em torno da prisão e morte de Cancellier.

Trazer para a pesquisa o caso de Cancellier coloca em evidência a influência que a mídia tem na vida das pessoas. Mesmo que não explicitamente, o jornalismo possui uma parcela de culpa em todo o processo de culpabilização do reitor, que decidiu tirar a sua própria vida em decorrência dos ataques que vinha sofrendo após as acusações de participação no desvio de verba da UFSC. Porém, ainda assim, é necessário enxergar e analisar todos os pontos da cobertura, tendo em vista que nem tudo foi falho.

Além disso, realizar esta pesquisa por meio de um programa de uma rádio educativa enaltece a relevância social dos produtos gerados por esse meio de comunicação público, mantido por verbas da educação federal e que dissemina conteúdos de qualidade de forma gratuita para toda população. A Rádio Ponto UFSC, que foi criada em 1999 com o objetivo de divulgar os produtos radiojornalísticos dos alunos de jornalismo da universidade, acaba

se tornando um espaço que tem um caráter laboratorial e de experimentação. Sendo assim, toda prática de ensino realizada ali dentro permite mais do que apenas produção de conteúdo: permite-se que se discuta, debata e se entenda quais os melhores caminhos e rumos que o jornalismo deve tomar.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos e desdobramentos da narrativa construída pela Rádio Ponto UFSC no debate sobre a cobertura jornalística da Operação Ouvidos Moucos e do suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo sob a ótica da ética jornalística; e observar as histórias construídas pelos jornais sobre o caso para entender se foram éticos, justos e corretos na apuração e elaboração das matérias. Para isso, utilizaremos os seguintes objetivos específicos:

1. Selecionar pontos chaves da teoria do enquadramento;
2. Selecionar princípios essenciais do Código de Ética do Jornalismo;
3. Investigar os princípios jornalísticos seguidos pela Rádio para entendermos a construção do programa, desde a escolha dos convidados até os pontos e questionamentos levantados no debate;
4. Entender os enquadramentos das notícias dos veículos selecionados e observar a produção das notícias a partir dos operadores;
5. Observar e classificar as fontes utilizadas na produção da cobertura veiculada e citada pelo radiojornal.

Utilizaremos como metodologia a Análise de Conteúdo. Tal procedimento consiste em escolher um objeto e contar a frequência de um ou mais dados ou temas, analisando-se a associação entre estes e as suas variâncias (HERCOVITZ, 2007), ou seja, partimos de uma análise quantitativa para fazer inferências qualitativas. Dividimos a pesquisa em quatro capítulos, sendo eles:

1. Especificidades do fazer jornalístico - falaremos sobre a Teoria do Enquadramento e suas contribuições para a área da comunicação. Levantaremos uma discussão sobre ética jornalística e, por fim, a relação da mídia com casos de suicídio.
2. Rádio Universitária - Tendo em vista que um dos nossos objetos de análise é um produto de rádio, falaremos a importância das rádios públicas para a

construção da democracia, a história do rádio público educativo e importância das webrádios universitárias na formação dos estudantes de jornalismo.

3. Procedimentos metodológicos – Neste capítulo começaremos falando sobre a história de vida de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, explicando o caso e apresentando as ferramentas metodológicas utilizadas na análise, assim como os operadores escolhidos.
4. Do enquadramento à ética: perspectivas de coberturas midiáticas da prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo - Trazemos minuciosamente as duas análises do trabalho, com perspectivas da ética jornalística e da teoria do enquadramento.

Acreditamos que esse estudo se faz importante para a comunicação pois, por meio da análise, será possível entender o papel da imprensa, tendo em vista todo o seu trabalho de cobertura, na operação Ouvidos Mudos e no suicídio do ex-reitor da UFSC. Principalmente, atentando-se que todo o escândalo ocorreu dentro de uma universidade federal, ou seja, se trata de um desvio de verba pública destinada à área da educação que passa por grandes sucateamentos desde a data do acontecimento.

Capítulo 1 – Especificidades do fazer jornalístico

Fazer jornalismo compreende diversas competências que envolvem desde a área teórica, quanto a prática. Apurar, entrevistar, selecionar e manipular informações e, por fim, escrever textos (vídeos, áudios e outros formatos), cobra do profissional uma capacidade de pensar e analisar angulações que estejam de acordo com a história a ser contada. Por isso, enquadrar faz parte da rotina de qualquer jornalista. Em consonância com a ética profissional, é necessário estudar qual o melhor viés deve ser divulgado e como isso deve ser feito. Pensando nisso, este capítulo analisa a teoria do enquadramento, levanta uma discussão sobre a ética dentro do contexto jornalístico e analisa a relação da mídia com casos de suicídio.

Neste primeiro capítulo do nosso trabalho, abrimos primeiramente a discussão sobre a Teoria do Enquadramento, utilizando o embasamento teórico de diversos autores, para entender como ela funciona e implica na produção das matérias jornalísticas. Dessa forma, entendemos a dinâmica dessa teoria que há muito tempo explica sobre a dinâmica de relatar os fatos que estão sendo noticiados.

Após esse momento, levantamos as principais contribuições da ética para a profissão de jornalista, tendo como base os princípios éticos internacionais, elaborado pela UNESCO, e também o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, criado pela Federação Nacional dos Jornalistas. É importante pensar que a ética está intrinsecamente relacionada ao ofício do jornalismo, uma vez que é ela que proporciona uma base ideológica e humana para a profissão. A partir desse pensamento, entendemos que discutir a questão ética na profissão se torna imprescindível, principalmente por ter em mente o nosso objeto analítico que mais a frente falaremos melhor.

Para finalizar o primeiro capítulo, analisamos a relação da mídia com o suicídio em geral. Observamos os costumes dos veículos de comunicação para abordar esse tipo de acontecimento e quais são as principais práticas realizada pelos jornais e revistas, tendo em vista o que discutimos sobre enquadramento e ética jornalística.

1.1 – Teoria do Enquadramento

“Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade e os colocar em destaque num texto comunicativo” (ROSSETO E SILVA, 2012, p. 106). Ao dizer isso, Rosseto e Silva

explicam o que é a teoria do enquadramento hoje para a comunicação. Antes mesmo de receber o nome de “Teoria do Enquadramento”, Erving Goffman, inspirado por um artigo de Gregory Bateson de 1956, sugeriu o conceito de quadros, ou frames, nos quais cada situação específica é construída, ou composta, por princípios que determinam os acontecimentos (NUNES, 1993). Analisando o contexto da comunicação, o antropólogo Bateson determinou que a comunicação verbal humana, ao aplicar o enquadramento na produção de sentidos de narrativas a serem construídas, teria três níveis: 1) denotativo; 2) metalinguístico; 3) metacomunicativo (MENDONÇA E SIMÕES, 2012, p.188).

O primeiro diz respeito ao próprio conteúdo, o que se é expressado, mensagens emitidas e opiniões formadas. O segundo, por sua vez, é relativo a como a mensagem repensa a linguagem dentro da comunicação estabelecida. Por fim, o terceiro envolve a relação que os elementos dentro da comunicação possuem entre si. Segundo Mendonça e Simões (2012, p.188), “desse modo, Bateson enfatiza que, mais do que conteúdos, enunciados comportam marcas que balizam a interação estabelecida”, ou seja, a própria comunicação verbal humana que se estabelece entre os sujeitos demonstra, por meio de enunciados, ou marcas, as interações entre os agentes protagonistas daquela comunicação.

A partir dessa análise, a discussão sobre quadros se desdobrou para diversas áreas do conhecimento, principalmente para a psicologia, a qual era a especialidade de Bateson (MENDONÇA E SIMÕES, 2012, p. 188). Na comunicação, ela acabou por gerar a Teoria do Enquadramento (Goffman, 1974), principalmente com as contribuições de Goffman, que seguiu a linha batesoniana, e que percebe que os acontecimentos são fragmentados e podem-se dar mais destaques a uns do que para outros.

No cerne desse tipo de operacionalização reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa. Tal abordagem tornou-se a mais empregada tanto em estudos de jornalismo como naqueles de comunicação e política (MENDONÇA E SIMÕES, 2012, p.193).

Dessa forma, é possível entender que o enquadramento está presente em todo lugar, uma vez que é utilizado para contar e narrar histórias e acontecimentos.

A partir disso, é possível classificar dois tipos de enquadramentos existentes: o noticioso e o interpretativo. Segundo Porto (2004, p. 91-92), o noticioso é composto por “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o ‘ângulo da notícia’, o ponto de vista adotado

pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros”. Já o interpretativo é composto por “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc”.

Enquanto o noticioso é criado pelos próprios jornalistas, o enquadramento interpretativo é desenvolvido por atores sociais, sejam eles políticos, representantes de estado, de movimentos sociais, sindicatos, dentre outros. A título de comparação, duas manchetes exemplificam o que seria o enquadramento noticioso. Ambas anunciam a notícia sobre os protestos que aconteceram no dia 06 de maio de 2019, na frente do Colégio Militar do Rio de Janeiro, devido ao corte de 30% na verba de universidades e institutos federais anunciado no dia 30 de abril pelo atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub:

Alunos, pais e professores de institutos federais do RJ fazem protesto contra corte de verbas na educação

Ato ocorreu na frente do Colégio Militar, onde o presidente Jair Bolsonaro participava do aniversário de 130 anos da instituição.

Por Fernanda Rouvenat e Henrique Coelho, G1 Rio
Publicado em 06/05/2019 às 14h30



“Ele não”, protesta aluna de colégio militar homenageada pelo governo

Marina Reis disse que é 'completamente contra' Bolsonaro; 'não me associem ao ódio que esse homem prega'

Figuras 1 e 2: Notícias sobre manifestações contra o corte de verbas.

Fonte: Portal G1 (Figura 1) e Revista CartaCapital (Figura 2).

No caso do noticioso, “os enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2004, p.80). A primeira manchete introduz a matéria do portal G1, do grupo Globo, e inicialmente apenas traz informações sobre o que aconteceu e o porquê das manifestações estarem acontecendo. A priori, o portal não se preocupou em posicionar-se, mas, ao longo da matéria¹, é possível

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/06/alunos-de-institutos-federais-do-rj-fazem-protesto- contra-corte-de-verbas-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 07/05/2019.

perceber que os jornalistas deram mais voz aos pais e alunos que estavam protestando do que para fontes oficiais do governo, o que permite uma interpretação mais favorável aos manifestantes. Já a segunda matéria², da revista CartaCapital, desde o título traz um posicionamento contrário ao atual governo e tudo o que ele tem feito. Ao longo da matéria, esse fato continua e ressalta a opinião da própria revista, tal qual a percepção que ela quer que os leitores tenham sobre o assunto: ser contra o corte de verbas nas universidades e institutos federais realizado pelo governo Bolsonaro.

Por outro lado, o enquadramento interpretativo promove uma avaliação do fato que está sendo contado e traz uma perspectiva de erros, acertos e o que deveria ter sido feito.

COMENTÁRIO DA SEMANA

Comentário da Semana: Caso Cancellier ensina, mas mídia não aprende

Figura 3: Artigo sobre a cobertura midiática do suicídio de Cancellier.

Fonte: Portal Objethos.

No artigo acima³, escrita pelo professor da UFSC, Rogério Christofolletti, para o portal Objethos, o autor resgata um panorama de como se deu a cobertura midiática da Operação “Ouvidos Moucos” e do suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Após identificar problemas em todo o processo jornalístico, o professor levanta pontos positivos e que foram corretos durante a cobertura, na intenção de demonstrar como se deve fazer uma apuração jornalística. Dessa forma, ele, como especialista na área, indica para as pessoas o que é uma cobertura ética e como ela deve ser realizada, mostrando a partir dos erros e acertos, o modo como deve ser o fazer jornalístico.

Portanto, é notório perceber que o enquadramento está sempre presente no

²Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ele-nao-protesta-aluna-de-colegio-militar-homenageada-pelo-governo/>. Acesso em: 07/05/2019.

³Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2017/10/09/comentario-da-semana-caso-cancellier-ensina-mas-midia-nao-aprende/>. Acesso em 08/04/2019.

jornalismo, principalmente quando pensamos que as matérias, notícias e reportagens nunca são totalmente isentas de opinião. Por meio dessa teoria, é possível entender como os acontecimentos são angulados antes de serem repassados aos leitores. Segundo Donminique Azevedo dos Santos, em artigo para o portal Observatório da Imprensa⁴, “a importância desse conceito está diretamente relacionada à identificação das tendências dos meios noticiosos nacionais e à análise de comunicação com um enfoque que é específico do campo jornalístico”.

1.2 – Discussão sobre Ética Jornalística

O jornalismo deve buscar a verdade acima de tudo, procurando retratar fatos reais independente da mídia na qual está presente. Bucci (2000, p.30) reflete sobre a importância da apuração em detrimento da manipulação, no seu sentido mais denotativo, ao ressaltar que “o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio”, sendo que a objetividade e o equilíbrio são alicerces importantes para a reportagem que tem como principal função informar o leitor.

Nesse contexto da importância social da informação com qualidade, a discussão sobre a ética jornalística e moral se faz constantemente presente. Segundo Bahia e Rigueira (2009, p. 119-120), a moral pode ser definida como um sistema de valores e princípios que orientam o comportamento dos indivíduos, com finalidade de promover e manter a harmonia de um grupo social. Já a ética se encontra em um âmbito mais reflexivo quando comparada à moral. Derivada do latim “*ethos*”, que significa costume, a reflexão englobada pela ética compreende fundamentos e condições sócio-históricos da prática moral que pauta o comportamento de um determinado grupo social.

A moral e a ética são dois conceitos que possuem a mesma finalidade: auxiliar o indivíduo a distinguir o bem e o mal, o lícito e o ilícito, bem como a pautar o seu comportamento por meio de premissas que o levam a estar em harmonia com a sociedade e consigo mesmo (BAHIA E RIGUEIRA, 2009, p.119).

Dessa forma, Bahia e Rigueira (2009, p.20) afirmam que é possível entender que “a ética não oferece um código de condutas morais, mas esclarece o que é o comportamento adequado em cada contexto”, ou seja, proporciona uma reflexão, baseada em sua vivência e

⁴ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/uma-analise-de-enquadramento/>. Acesso em: 08/04/2019.

aprendizado do que seria “certo e errado” ou “melhor e pior” em cada situação. A partir disso, o debate sobre a ética jornalística se estende para os diversos âmbitos do ofício: apuração, conduta ética, redação, entre outras.

Criado em 1983 pela UNESCO, em parceria com associações e sindicatos de jornalistas do mundo todo, o conjunto de Princípios Internacionais da Ética Profissional⁵ no Jornalismo aborda, entre outras questões, pontos importantes da profissão, como: o respeito que os jornalistas devem ter com as mais diversas culturas; valores universais e diversidade; promoção do fácil acesso à informação para o público; e o direito do jornalista à realidade objetiva. O Brasil possui o próprio código de ética desde 1985⁶, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), passando por reformulação em 2007. Tal documento engloba 27 artigos e aborda diversas regras, tais como: deveres e responsabilidades do jornalista; o que não se pode fazer enquanto profissional; penalidades as quais sofrerá caso descumpra algum item.

No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a conduta ética é um dos princípios mais valorizados. Está presente no artigo 4º e abre os deveres que o profissional deve ter durante o exercício do ofício. “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007, p.1).

Este artigo está presente no capítulo II, intitulado “Da conduta profissional do jornalista”, e dialoga com o segundo princípio internacional elaborado pela UNESCO, que diz respeito à dedicação do profissional à realidade: “a principal tarefa do jornalista é proporcionar o direito da informação verdadeira e autêntica às pessoas através de uma dedicação honesta em objetivar a realidade pela qual os fatos são relatados conscientemente em seu contexto apropriado⁷” (UNESCO, 1985, tradução nossa).

Ou seja, tanto o código de ética elaborado no contexto brasileiro quanto no internacional colocam em evidência a importância da boa apuração e do manejo correto de informações, tendo em vista a responsabilidade social do jornalista para com o público que terá acesso a essas informações. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, “o exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social,

⁵Disponível em: http://ethicnet.uta.fi/international/international_principles_of_professional_ethics_in_journalism. Acesso em 09 abr. 2019.

⁶Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em 09 abr. 2019.

⁷No original: “The foremost task of the journalist is to serve the people's right to true and authentic information through an honest dedication to objective reality whereby facts are reported conscientiously in their proper context”.

estando sempre subordinado ao presente Código de Ética” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007, p.1).

A manipulação das informações que serão repassadas ao público deve ser feita da forma mais transparente possível. Segundo Bucci (2000, p.23), o jornalista tem um compromisso com o seu público e a responsabilidade de bem informá-los. Entretanto, não existe jornalismo isento de opiniões e posições. Os jornalistas, antes de assumirem a posição de detentores da informação, são cidadãos com ideias formadas sobre cada assunto. Sendo assim, torna-se imprescindível que exista o código de ética para reger as produções, condutas e papéis dos profissionais. Nessa mesma linha de pensamento, o autor nega que exista a verdade sobre os fatos, a isenção e neutralidade e, ainda, a objetividade perfeita.

A versão dos fatos é sempre uma versão dos fatos. O relato, qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, é inevitavelmente ideológico: mesmo quando sincera e declaradamente não opinativo, o relato jornalístico é encadeado segundo valores que obrigatoriamente definem aquilo que se descreve (BUCCI, 2000, p. 51).

Bucci (2000, p.26) afirma, ainda, que “a ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia, quanto por empregadores – e tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público”. Esse pensamento permite que o público participe de alguma forma do processo, além de mero consumidor, mas como um sujeito fiscalizador. Afinal, segundo ambos os códigos éticos, todo trabalho é feito em prol do cidadão que terá acesso àquela informação.

Contudo, em tempos da era da pós-verdade⁸, onde as crenças pessoais são mais importantes ou relevantes do que os próprios fatos objetivos da realidade, é necessário continuar discutindo a conduta e os modos como devem ser feito os trabalhos do jornalista. Karam (2004, p.122) diz que “toda referência sobre ética (...) será sempre humana”, o que a torna suscetível a mudanças. Para explicar isso, o autor remete ao conceito de deontologia, que seria, segundo Yoba (2010), “o estudo dos deveres especiais de uma situação, particularmente dos deveres de uma profissão”, para compreender a volatilidade de certos preceitos éticos. Sendo assim, Karam (2004, p.128-129) conclui que a moral e a ética são mutáveis em um contexto de profissão e o debate é necessário para o entendimento do próprio ofício.

Dessa forma, entender a ética e aplicá-la no contexto jornalístico é um trabalho

⁸ Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/resumo-atualidades-a-era-da-pos-verdade/>. Acesso em 27/04/2019.

complicado no que tange a moral e conduta de cada profissional. Trabalhar o suicídio dentro das redações, por exemplo, é algo que gera discussões até hoje. O contexto mercadológico, atualmente, ainda dita muito sobre as escolhas de assuntos e fatos que são pautados pela mídia. Arthur Dapieve, autor do livro “Morreu na Contramão - O suicídio como notícia”, de 2007, explica como esse fato perpassa o desejo dos jornalistas.

A necessidade de escolher um assunto em detrimento de outro, dada a realidade física de que o espaço editorial é inelástico e o papel do jornal custa caro, com frequência atrai críticas ao trabalho de seleção. Segundo essas, ora os critérios seriam categorias inventadas pelos próprios jornalistas, ora seriam impostas pelos seus patrões capitalistas. Pode-se aceitar que os assuntos selecionados determinem a agenda temática (agenda-setting) da sociedade, isto é, os assuntos que irão discutir, independentemente da relevância deles ou não - mesmo porque “relevância” pode ser um conceito assaz relativo. Coisa bem diversa, porém, é considerar um jornal, ou a imprensa em geral, uma estrutura hegemônica, desprovida de sutilezas e campos de força interna, totalmente resguardada de influências pessoais ou sociais (DAPIEVE, 2007, p. 159).

De tal maneira, quando um jornalista ou veículo decide por pautar um caso de suicídio, questões éticas entram em cena, principalmente quando se trata do método de elaboração, formulação, apuração e criação da notícia. Bucci (2000, p.55) afirma que “o jornalismo que não dialoga sobre seus próprios métodos e procedimentos não é nem ético nem informativo”. Segundo o autor, que traz contribuições de Lambeth, o jornalismo e o público só têm a ganhar quando os julgamentos éticos são discutidos abertamente. Afinal, antes de tudo, inclusive do público, a imprensa e todo seu trabalho se caracteriza como alicerces da democracia (p. 25).

Pensando assim, é importante ressaltar a relevância de se discutir a ética no âmbito jornalístico, uma vez que trabalhamos diretamente com pessoas e suas histórias. Bucci (2000, p. 35) defende que a ética traz um certo limite para a prática da profissão.

A ética na imprensa é, sim, a demarcação de limites para o pragmatismo, que, por si, não conhece limites. Enfrentar a discussão ética é aceitar o pressuposto de que é possível, ainda que numa perspectiva mais ou menos utópica, buscar mecanismos que protejam valores coletivamente eleitos contra um regime de não-valor moral (BUCCI, 2000, p. 35).

Assim, percebemos que a ética, em todo seu “poder” de atuação no profissional, auxilia a definir quais as desenvolturas ou decisões que devem ser tomadas em cada situação. Uma vez que isso não acontece, grandes empresas teriam mais oportunidade de articular e manipular informações de acordo com seus desejos capitalistas.

A desinformação não se deve apenas a maus profissionais, mas também a atitudes empresariais que revelam falta de compromisso com o direito à informação, que se articulam para excluir o cidadão das decisões que em seu nome são tomadas. O único interessado na discussão ética é o cidadão - não os proprietários dos órgãos de imprensa, não os jornalistas, não os governantes (que também são cidadãos mas se encontram investidos de condições que os diferenciam dos demais); o único interessado é o cidadão como outro qualquer, aquela pessoa comum que consome notícias e que no fim, é o beneficiário do jornalismo de qualidade - ou a vítima do jornalismo vil. É por isso que essa discussão vale a pena, faz sentido e mais que isso, é urgente (BUCCI, 2000, p. 36).

Por fim, é possível denotar que a ética permite que o jornalismo coloque as pessoas em primeiro plano ao desenvolver seu trabalho. Uma vez que os profissionais desenvolvem produtos destinados à sociedade, é necessário que todos eles cumpram com requisitos que dialoguem com o bem-estar social e coloque em prática o seu objetivo, que é informar os cidadãos.

1.3 – Mídia e Suicídio

Há muito tempo, diversos pensadores analisam o suicídio na sociedade. Carolina Pompeo Grando, em seu artigo de 2010 para o portal Observatório da Imprensa⁹, fala que para o sociólogo Émile Durkheim, o suicídio é uma manifestação individual de um fenômeno coletivo e que, por sua vez, cada sociedade está predisposta a possuir um número determinado de mortes voluntárias. Já o filósofo e sociólogo Karl Marx (1976), segundo ela, dizia que o suicídio é mais um, dentre vários, sintoma de uma luta social e que muitos acabam com a própria vida para fugir da realidade miserável, escapar de convenções sociais devastadoras ou eliminar a sua dor existencial.

Em 2006, a maneira como que a mídia tratava sobre casos de suicídio foi questionada pelo estudioso da melancolia, George Howe Colt. Anteriormente, os casos eram noticiados como outro acontecimento qualquer, entretanto, Colt questionava se o suicídio, ao ser retratado na mídia, poderia servir de gatilho para outros casos (Côrte et al., 2015, p. 3). A partir de então, o jornalismo e os meios de propagação de informações passaram a ser considerados, ao noticiar os casos, incentivadores de suicídios.

Até hoje, a palavra suicídio é tratada como algo “contagioso”, sendo a mídia e a alta exposição os principais vírus dessa epidemia. O suicídio passou a ser tema não noticiável, e a mídia evita falar sobre ele – mas não é só a mídia. A população de modo geral, famílias, escolas e grupos sociais

⁹ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-suicidio-na-pauta-jornalistica/>. Acesso em 27 de Julho de 2019.

diversos preferem não tocar no assunto suicídio (Côrte et al., 2015, p. 3).

Dessa forma, o suicídio se tornou um tabu, ou seja, assunto pouco tratado dentro de diversos âmbitos, como universitário, escolar ou mesmo dentro de casa. Por isso, a criação de um manual de conduta da mídia que abordasse tais situações se tornou necessária, uma vez que, em casos como os de suicídio, ainda era algo muito incerto o modo como tratar as notícias. Abaixo, seguem algumas recomendações relacionadas por Côrte et al. (2015):

A palavra “suicídio” deve ser evitada em chamadas e manchetes, incluindo-a apenas no corpo do texto, devendo ser evitada a colocação da matéria em primeira página e chamadas dramáticas, ou ênfase no impacto da morte sobre as pessoas próximas. Entre outras recomendações, o manual Comportamento Suicida orienta os profissionais da mídia a não fornecer detalhes sobre o método letal, fotos, não usar termos valorativos e omitir o local onde o ato foi realizado, a fim de não criar “suicidiódromos”. Além de sugerir que o profissional aproveite a oportunidade para conscientizar a população sobre a prevenção (Côrte et al., 2015, p. 3).

Entretanto, os pensamentos de Barbosa et al. (2010, p. 5) vão de encontro com esta última ideia, em que o jornalista deveria aproveitar a situação para conscientização do seu público, pois segundo os autores, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu manual de redação, compreende que a notícia não deve servir de exemplos para que pessoas resolvam seus problemas pessoais.

Com base nessas sugestões de cuidados que devem ser tomados, o suicídio teria uma exposição menor, quase nula, em páginas de jornal e revistas sempre que acontecesse. Porém, é possível pensar que no âmbito da noticiabilidade o suicídio acaba sendo diferente em relação a pessoas públicas e pessoas sem fama. Bucci (2000, p. 149) usa o termo “privacidade construída em público”, no qual afirma que, para pessoas famosas, “o público tem, sim, o direito de saber de suas intimidades”, tendo em vista a relação muito expositiva durante a vida e carreira da determinada pessoa.

Barbosa et al. (2010, p. 5) mostram que a OMS, mesmo sendo contra alguns critérios de noticiar o suicídio, entende a necessidade de se divulgar este acontecimento sobre de pessoas notórias. Por isso traz algumas recomendações quanto a essa situação.

Um exemplo, são os casos que envolvem celebridades. A imprensa deve minimizar relatos de como aconteceu o ato. Outra recomendação é não publicar o fato, em nenhuma circunstância, como capa de jornal, isto é, não colocá-lo como manchete, em grande destaque (BARBOSA ET. AL., 2010, p. 5).

Divulgar os atos de violência e o suicídio, por exemplo, não faz com que os atos

deixem de acontecer na sociedade. Em seu artigo, Grandó (2010) completa que “o compromisso da imprensa é com a realidade. O bom-senso e o bom-gosto devem ser manifestados na linguagem editorial adotada por cada veículo para noticiar determinados acontecimentos”.

Da mesma forma que o jornalismo dá conta de cobrir noticiosamente outros temas tabus que figuram entre as manchetes dos jornais diários, como pedofilia ou incesto, contribuindo para a denúncia de práticas ilegais e para informar acerca de outras realidades, as notícias sobre suicídios poderiam obter o mesmo êxito, alcançando senão a finalidade do jornalismo, que é gerenciar a arena simbólica e proporcionar um compartilhamento de informações e experiências, promovendo debate e maior compreensão sobre temas sociais (GRANDÓ, 2010).

Dessa maneira, o jornalista deve tomar cuidado no ato de produzir a reportagem e manejar a informação de forma a contar a notícia com um olhar mais cuidadoso. Arthur Dapieve (2006, p. 53) defende que a imprensa não cria suicidas ao noticiar esse tipo de acontecimento.

Há momentos excepcionais, porém, em que a imprensa pode elevar, ou ao menos acelerar, a taxa social de suicídios numa determinada comunidade, contribuindo para o clima geral de anomia. Mesmo neles, porém, ela não criaria suicidas: excitaria indivíduos por suas próprias razões já propensos a se matar (DAPIEVE, 2006, p. 53).

Portanto, é possível entender que, por mais que o questionamento levantado por Colt em 2006 seja válido, a mídia não precisa deixar de noticiar os casos de suicídios que acontecem na sociedade. O próprio fato da divulgação, como defende Grandó (2010), pode ajudar pesquisadores da área psicológica a entenderem esse fenômeno e desenvolverem pesquisas que objetivam a diminuição dos casos de suicídio. Entretanto, é importante ressaltar a importância do olhar atento e cuidadoso na elaboração das notícias, manchetes, chamadas e, principalmente, especulações.

Capítulo 2 – Rádios Universitárias

Há muito tempo o rádio se faz presente na nossa vida, seja na forma Hertziana, seja dentro das novas tecnologias, como celular, computador ou outros meios. Desde os primórdios desse meio, o jornalismo se fez presente. Afinal, como um disseminador, nada mais justo que levar informação para tantas pessoas que possuem acesso ao rádio. Por isso o rádio e os estudos radiofônicos estão dentro das universidades e se transformam em espaços laboratoriais para experimentações e criação de novos conteúdos. Neste capítulo analisaremos a importância das webrádios para uma formação mais completa dos estudantes de jornalismo, tal qual um histórico do caráter educativo no rádio do Brasil.

2.1 – Rádios Públicas e o debate sobre a democracia

Segundo o artigo primeiro da Constituição Federativa do Brasil, de 1988, “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Isso só é possível no Brasil pois aqui exerce-se o estado democrático de direito, que, por sua vez, leva em seu cerne o conceito de Democracia. Originada da junção de “demos”, que no latim significa “povo”, e “cracia”, que também do latim significa “poder”, segundo o dicionário Michaelis¹⁰, essa palavra representa toda uma sociedade que é construída a partir do poder instituído ao seu povo, onde cada cidadão tem seu direito ao voto garantido por lei e pode participar de eleições periódicas que definam seus representantes legais em instâncias superiores no governo.

Entretanto, por vezes, percebemos que a democracia que se encontra presente na sociedade se vê, muitas vezes, prejudicada ou, até mesmo, ameaçada. As constantes retiradas de direitos dos cidadãos, em diversos âmbitos, o enfraquecimento da economia, dentre outros aspectos podem fazer com que um governo caminhe para as direções de um regime autoritário. Segundo uma reportagem do jornal Exame, de março de 2018¹¹, o enfraquecimento da política no Brasil, que passou pelo processo controverso de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e elevou Michel Temer ao poder do país, faz com que uma parte da população prefira um governo ditatorial e lute por sua volta, tendo em

¹⁰ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/democrACIA/>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

¹¹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/democracia-do-brasil-esta-ameacada-diz-estudo-alemao/>. Acesso em 23 de agosto de 2019.

vista que o Brasil passou pelo Regime Militar, onde a democracia não era exercida, entre os anos de 1964 e 1985.

Os anos de chumbo, como denominado o período de Ditadura Militar no Brasil, se deu, a priori, por um enfraquecimento político. Durante os anos, que foram marcados por uma onda conservadora, preconceituosa e repleta de censuras e repressões, em uma falta de poder democrático, informações eram escondidas e adulteradas fazendo com que a população não se desse conta do que realmente acontecia no país nos âmbitos econômico, político e social. Segundo a Procuradora Regional da República, Eugênia Gonzaga, em entrevista para a Agência Brasil realizada em 2018, “o Brasil ainda não passou a limpo toda a história do que aconteceu na ditadura” (BOHEM, CRUZ. 2018). Isso explica, por exemplo, como muitas pessoas ainda pedem a volta de um regime autoritário: a falta de informação.

Sendo assim, a mídia, por ter como uma de suas responsabilidades o dever de informar as pessoas e levar a informação útil e verdadeira para os cidadãos, tal como rege o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, exerce um papel fundamental na manutenção da democracia e do exercício do estado democrático de direito. Entretanto, segundo o jornalista Jarry de Oliveira, em reportagem de 2018 para o portal Sul21¹², o Brasil nunca teve meios de comunicação voltados para o diálogo, difusão e debate de informações:

No Brasil tradicionalmente nunca tivemos meios de comunicação, quanto mais meios de comunicação com a missão do diálogo, do ato de difundir e receber informações de forma horizontal e democrática. Os meios de comunicação construído no Brasil são meros instrumentos de difusão de valores. Valores de quem? Daqueles que tradicionalmente dominam o país e que são herdeiros daqueles que chegaram ainda nas caravelas do invasor e que aqui pilharam e ainda pilham nossas riquezas (OLIVEIRA, 2018).

A partir desta realidade e tendo como base a necessidade de transmissões que apontassem para um caminho mais democrático da informação, com uma preocupação maior para o conhecimento e a informação, discute-se, ao longo das últimas décadas, o conceito de Comunicação Pública. Segundo Moura e Kneipp (2017, p. 135), a característica marcante que define esse conceito é o interesse público muito presente nas mensagens atribuídas à esse tipo de comunicação. Para além disso, a possibilidade do exercício da cidadania é um ponto importante atribuída à comunicação pública.

Para Duarte (2012), a comunicação pública coloca o cidadão no centro do processo, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à

¹² Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/01/radio-democracia-luta-por-uma-outra-comunicacao-no-brasil-por-jerry-de-oliveira/>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

expressão, mas também de diálogo, do respeito às suas características e necessidades, do estímulo à sua participação ativa, racional e corresponsável nas tomadas de decisão em sociedade (MOURA, KNEIPP, 2017, p. 135).

No contexto jornalístico, a comunicação pública permite que as produções fujam de um modelo mercadológico que moldam seus formatos a partir de interesses próprios. Segundo Moura e Kneipp (2017, p. 138), “como consequência dessa ligação das empresas jornalísticas à lógica de mercado, a qualidade dos produtos jornalísticos tende a nem sempre atender aos propósitos coletivos”. Ao fugir do padrão, permite-se que o jornalismo cumpra com o dever de “servir ao cidadão e à comunidade, proporcionando o acesso às informações de interesse coletivo e atuando para o bem coletivo” (MOURA, KNEIPP, p. 138, 2017).

o jornalismo público tem como função ser o espaço de pautas que normalmente não teriam lugar no jornalismo tradicional, justamente por aquele ser movido pelo interesse público, e não pelo lucro proporcionado por anunciantes e patrocinadores, que têm grande influência no fazer noticioso da imprensa comercial (MOURA, KNEIPP, p. 143, 2017).

Dessa forma, levando em consideração a importância da comunicação pública para o debate, diálogo e difusão de informações que ofereçam um senso crítico aos cidadãos, é possível ressaltar o trabalho das rádios públicas no que tange a disseminação de conhecimento e fomentação da democracia por meio do debate e diálogo com a comunidade. De acordo com Zuculoto (2011, p.2), as emissoras de rádios públicas no Brasil possuem mais de 70 anos de histórias e somam mais de 400 estações no país todo. Dentro desse cenário, ainda é possível encontrar as Rádios Universitárias/Educativas, que veremos com mais detalhes a seguir.

2.2 – Rádios Públicas Educativas

Uma transmissão primitiva de rádio na praia Vermelha, no Rio de Janeiro (RJ), em 1922, levou para as pessoas programas literários, musicais e alternativos. A partir disso, o antropólogo brasileiro Edgar Roquette-Pinto viu no rádio uma maneira de educar as pessoas. Com esse pensamento em 20 de abril de 1923, juntamente com Henrique Morize, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (LOPEZ et al., p. 174, 2018). Tendo um viés educativo e não comercial, a Rádio Sociedade foi a pioneira de uma série de fases que as rádios educativas teriam pela frente no Brasil.

É importante pensar que o gênero educativo não é tão difundido e comum no país, mesmo estando presente no rádio brasileiro desde a chegada desse meio de comunicação no Brasil, praticamente, como explicam Lopez et al. (2017, p.100):

No Brasil, o gênero educativo-cultural ainda é pouco difundido, apesar de estar presente desde os primórdios do rádio – meio de comunicação popular que por permitir um alcance a áreas de difícil acesso pelos meios impressos era usado com objetivo de levar a educação a áreas remotas. A inclusão desse meio na educação marca o início de uma revolução tecnológica das mídias voltadas para o processo educacional – passando pela televisão até chegar à internet (LOPEZ et al., 2017, p.100).

Com mais de 90 anos de história no Brasil, o segmento educativo de rádios no país começou com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, segundo Zuculoto (2011, p. 3). Cinco anos depois, em 1932, o Governo Federal regulamenta a veiculação de propagandas no rádio. Roquette Pinto, fundador da Rádio Sociedade, se recusou a vender espaço para propagandas e transmiti-las em sua emissora pois acreditava “que tal prática desvirtuaria a Sociedade da sua missão voltada à educação e cultura”. Sem verbas para mantê-la no ar, resolve doar a rádio para o então Ministério da Educação e Saúde (MES) em 1936 mediante acordo para que mantivesse o perfil educativo-cultural da emissora. Após a doação, a Rádio Sociedade, ela passou a se chamar Rádio do Ministério da Educação (Rádio MEC).

Ainda em 1936, é fundada a Rádio Inconfidência Mineira e desde o seu início ela foi vinculada ao governo do estado de Minas Gerais. O seu objetivo principal era de integrar a capital e o interior, e fez isso a partir do programa “Hora do Fazendeiro”, presente na grade desde o início da emissora. No mesmo ano, entra no ar as Rádios Nacional do Rio de Janeiro e Cultura de São Paulo. Ambas iniciaram sendo privadas, mas anos depois foram estatizadas.

Já em 1957, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entra no ar. Ela funcionava desde 1950 como uma emissora radioamadora, mas foi em 18 de novembro daquele ano que foi oficialmente inaugurada. Nomeada de Rádio Universidade, sua programação era voltada ao ensino e temas específicos da instituição.

Em 1962, durante o governo do presidente João Goulart, é promulgada a lei de radiodifusão no Brasil (Lei nº 4.117). Segundo Zuculoto (2017, p. 4), “para muitos pesquisadores e movimentos pela democratização da comunicação, especialmente pela revisão do sistema de outorgas, esta lei já nasceu problemática e divorciada da realidade brasileira”.

Três anos depois, a Rádio da Universidade Federal de Goiás (UFG) recebe a outorga de funcionamento a partir da lei de radiodifusão. “Por isso, a Rádio UFG se proclama a primeira emissora universitária, sob o argumento de que a concessão à Rádio da UFRGS, tida como a pioneira, não é especificamente de canal educativo” (ZUCULOTO, 2017, p.4).

Em 1970, no quinto ano de Ditadura Militar no Brasil, o Governo cria o Projeto Minerva para educação formal e não formal das ondas de rádio. Por meio do projeto, o

governo “integra linhas políticas da ditadura militar para desenvolvimento das comunicações e da educação a distância via rádio como meio de integração nacional e propagação de sua ideologia”.

Em 1977, ainda em meio ao governo ditatorial militar no país, o Ministério das Comunicações distribui 350 canais educativos na frequência FM. Quatro anos depois, a Universidade Federal do Ceará (UFC) coloca no ar a sua Rádio Universitária para veiculação de programas educativos e divulgação da produção cultural cearense. Sete anos depois da distribuição dos 350 canais, em 1984, apenas 20 emissoras haviam sido outorgadas pelo Governo Federal. Dois anos depois, entra no ar a rádio universitária da Universidade Federal do Maranhão (UFM).

Já nos anos 2000, entra no ar a Educativa de Campinas FM, ligada ao governo municipal da cidade. Nesse mesmo ano, a Rádio Universidade da UFRGS lança uma programação que reafirma a rádio educativa como um meio de propagação de informação e cultura e transforma a rádio em um laboratório do curso de Jornalismo da Universidade.

Desde então, as rádios públicas vem construindo uma história que é conivente com a disseminação de informações de maneira pública e gratuita. Zuculoto (2017, p.11) afirma que analisar a trajetória da rádio pública educativa no Brasil permite perceber que esse segmento se faz muito presente na própria história do rádio brasileiro.

Esta Linha do Tempo permite observar que o Rádio Público brasileiro efetivamente vem construindo uma história própria e singularizada que, ao mesmo tempo e embora o rádio comercial é que tenha hegemonia no país, têm papel destacado na radiofonia nacional. Evidencia emissoras expressivas que até atualidade permanecem como referências inclusive entre as estações comerciais, programas que se destacaram e são bases para linhas de programação que o segmento constrói até hoje (ZUCULOTO, 2017, p. 11).

Sendo assim, pelo fato do gênero educativo no rádio estar presente a tanto tempo nessa mídia, é primordial ressaltar a sua importância e relevância socialmente construída. As rádios públicas, que se ramificam em vários modelos diferentes de se fazer rádio, inclusive a educativa, ainda reafirmam a importância desse meio comunicacional no Brasil, principalmente quando pensamos fora do modelo mercadológico. A jornalista Neusa Ribeiro, em entrevista para o Observatório da Imprensa¹³, mostra que o rádio ainda possui o seu lugar e está em constante evolução em uma sociedade tomada pelo avanço tecnológico,

¹³ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/radios-comunitarias-sao-instrumentos-de-democracia/>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

sem perder o seu valor e importância para disseminação da boa informação.

Sabemos que a grande massa da população ainda tem dificuldade de acesso a computadores, internet, processos de globalização. Isso ainda existe no Brasil. O rádio tem uma eficiência na divulgação de informações para a grande maioria da população, inclusive aquela que não tem acesso a meios mais desenvolvidos. Por outro lado, com o avanço tecnológico tão acelerado, em contrapartida a essas dificuldades que apontamos, acredito que o rádio é essencial porque é uma mídia que intervém muito rapidamente na transmissão da informação. Essa presença do rádio em locais onde ainda a TV não alcança, onde o computador e a internet não chegaram, é fantástica para o desenvolvimento das comunidades (RIBEIRO, 2009).

Dessa forma, é necessário reconhecer que a rádio pública, seja ela em um contexto educativo ou comunitário, por exemplo, traz em seu cerne a necessidade de “instigar o pensamento, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, atender às reais necessidades de uma determinada comunidade¹⁴”, já que a verba investida na construção, produção e consolidação desse tipo de rádio é advinda do próprio Governo. Ou seja, entende-se que o serviço oferecido pelas emissoras públicas seja de interesse coletivo, estando sempre trabalhando em benefício da população a quem é destinada toda a programação.

Afinal, um cidadão bem informado e ciente de seus direitos e do que de fato ocorre à sua volta terá muito mais instrumentos que o qualificarão à tomada das melhores decisões, para si próprio e para comunidade em que ele se insere. Esse seria um cidadão capaz de contribuir ativamente na construção das políticas públicas que o afetam, possibilidade que constitui um dos princípios que regem a comunicação pública, e as emissoras públicas de rádio (estatais ou não) desempenhariam um importante papel nesse cenário almejado (MOURA E, KNEIPP, p. 154, 2017).

Por ser destinado à população, se faz necessário e atual pensar no contexto de expansão do rádio brasileiro e como esse cenário contribui para a disseminação de informações e, conseqüentemente, para o fomento da democracia no país. Isso nem sempre acontece, tendo em vista o aspecto mercadológico e político que regem as emissoras privadas.

A carta-magna do país, a Constituição Federal estabelece em seu artigo 223 o princípio da complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal na radiodifusão. Mas, o que se observa na prática no Brasil é uma hegemonia das emissoras privadas, o que acaba por comprometer o equilíbrio necessário para o pleno exercício da democracia (BAUMWORCEL et. al., 2006, pg. 7).

¹⁴ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/radios-comunitarias-sao-instrumentos-de-democracia/> . Acesso em 06 de setembro de 2019.

Tendo isso em vista, pensar que hoje o rádio vive um momento de expansão é importante, pois permite que a informação chegue até as pessoas de maneira plural, principalmente no âmbito da comunicação pública. Hoje, não podemos pensar no rádio como sendo unicamente o aparelho que se ouve por meio de ondas hertzianas transmitidas por antenas em sinais AM ou FM. Em uma época em que convivemos com um constante desenvolvimento tecnológico e uma criação quase que instantânea de novos meios de comunicação, é necessário pensar em um modelo radiofônico que se reinventa, se transforma e ocupa esses vários novos espaços que surgem ao longo dos dias. Afinal, como disse o jornalista Renato Vieira em reportagem de 2012 para o jornal O Tempo, “o rádio não morre, se transforma¹⁵”. E assim como rádio, toda a sua programação, linguagem, produção, circulação, entre outros, também se transformam para continuarem existindo de novas maneiras e atingindo mais pessoas com o passar do tempo.

O termo “Rádio Expandido”, conceituado por Marcelo Kischinhevsky (2014), aborda todo esse contexto de apropriação de outras plataformas pelo rádio.

propôs-se a noção de que o rádio é hoje um meio expandido, que não se limita às ondas hertzianas, integrando um complexo industrial de radiodifusão que abarca ainda a TV por assinatura, as web radios, o podcasting e serviços de rádio social – mídias sociais que têm no intercâmbio de áudio seu principal ativo. Numa perspectiva não restritiva da radiofonia, entende-se que o meio emprega hoje múltiplas plataformas de difusão (KISCHINHEVSKY, 2014, p. 148)

Tudo começou a ser pensado de forma a permitir com que as informações fossem repassadas de forma mais fluidas e chegassem de maneira mais fácil à população. Viana (2017, p.2), explica que as interações entre emissoras e público acontecem, agora, de maneira mais instantânea.

A produção da informação, assim como as relações entre emissora e ouvintes, tem deixado de se estruturar de forma verticalizada para assumir uma horizontalidade. As formas de interação se ampliaram, há a possibilidade do diálogo por meio de mídias sociais como o Twitter e Facebook ou mensagens pelo celular: SMS e Whatsapp. Essas ferramentas permitem um contato mais direto e instantânea (VIANA, 2017, p.2).

A partir desse pensamento, entendemos que as novas tecnologias fizeram com que o rádio, incluindo seus conteúdos, como o jornalismo, entretenimento e todas suas possíveis facetas, se reinventasse para atender às demandas de todos os novos meios comunicacionais que surgiram. Dessa forma, salientar que o jornalismo produzido pelo rádio educativo está

¹⁵ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/o-radio-nao-morre-se-transforma-1.334230>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

presente em várias plataformas é um exercício pertinente ao analisarmos o contexto atual, pois entendemos que se faz necessário estudar novas formas de produzir conteúdos em uma era de grandes criações e transformações tecnológicas. Segundo Viana (2017, p.2), “as novas tecnologias fazem com que os jornalistas repensem o radiojornalismo, assim como a circulação de conteúdo, suas linguagens e narrativas”. Essa nova produção começa a ser pensada desde o âmbito universitário, onde trabalha-se com o contexto de convergência de mídias, possuindo espaço para pensar novas formas do fazer jornalístico nos tempos de hoje. No próximo tópico, vamos falar um pouco mais sobre as webrádios universitárias como um espaço laboratorial aberto a novas práticas jornalísticas.

2.3 – Webrádios universitárias e a formação do estudante de jornalismo

A implantação do ensino de jornalismo no Brasil reafirmou o ofício do jornalista no cenário mercadológico e empregatício do país. O primeiro curso surge na Faculdade Cásper Líbero em 1947, na cidade de São Paulo (HIME, 2005, p.1), um importante reflexo das lutas dos sindicatos para a oficialização da profissão, que se iniciou na década de 30. Com isso, as faculdades de comunicação elevaram a importância do profissional de jornalismo, colocando em evidência o valor do fazer jornalístico na sociedade. Para Viana et al (2017),

Fazer jornalismo diariamente não se trata apenas de escrever, é preciso possuir técnicas, metodologias e conhecimentos que vão desde a apuração à concepção da informação a ser veiculada. O jornalismo continua sendo de interesse público, continua sendo a voz daqueles que ainda não abarcaram os avanços tecnológicos, continua exercendo um papel fundamental nas diretrizes democráticas, políticas e sociais de um país e para garantir que tais estruturas sejam cumpridas, o papel do jornalista é fundamental e indispensável (VIANA et al., 2017, p. 203-204).

Dessa forma, de modo a contemplar todas as áreas que o jornalismo abrange, as universidades ainda estão em um contínuo processo de desenvolvimento e avanço nas construções de grades curriculares que estejam sempre atualizadas e que ofereçam aos alunos uma experiência ampla, prática e teórica dentro da comunicação social. Prata e Del Bianco (2016, p. 106) acreditam que “as disciplinas técnicas não podem ser exclusivamente teóricas, mas devem ter metade do seu tempo dedicado à prática laboratorial”.

A supervisão dos professores é fundamental neste momento para direcionar as atividades desenvolvidas e otimizar o aprendizado dos alunos em torno das produções dentro dos laboratórios. Segundo Spenthof (1998, p. 156), a atividade laboratorial “é o exercício de experimentação, de aplicação de conhecimentos, de atividades práticas, é realização de

‘notáveis operações’ e ‘transformações’ na formação e no mundo do estudante”. Sabendo disso, compreendemos a importância das webrádios universitárias como um espaço fundamental na complementação acadêmica do aluno. Para Spenthof (1998),

laboratório não é só lugar (espaço físico), ou sala técnica. Mas, principalmente, espaço, ambiente (físico ou não), ou meio/instrumento/veículo no e por meio do qual se realiza a atividade laboratorial. Pode ser um estúdio de TV (lugar, sala, equipamento) ou um boletim informativo (meio, instrumento, veículo). (SPENTHOF, 1998, p. 156).

Alguns destes espaços laboratoriais consolidaram-se, num primeiro momento, como emissoras universitárias hertzianas tendo um grande crescimento durante os anos de 1990, década marcada pela expansão das emissoras universitárias em FM que compõe a quarta fase da história do rádio público no Brasil, segundo Zuculoto (2015, p.72). No entanto, a primeira rádio universitária hertziana a ser inaugurada no país foi a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que iniciou seus trabalhos em julho de 1950¹⁶. Já a primeira emissora deste segmento a existir unicamente na internet foi a Rádio Ponto UFSC, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1999 (LOPEZ et al, 2017, p. 101).

Com o passar dos anos, diversas webrádios universitárias foram sendo criadas no Brasil, o que ampliou a experiência dos alunos de jornalismo no meio radiofônico. Como explicam Lopez et al (2017), cada uma nasce a partir de uma necessidade de melhorar algum aspecto: A Ponto UFSC, por exemplo, surgiu da necessidade de um local para veiculação dos produtos gerados na disciplina de radiojornalismo da universidade. Já a webrádio Da Hora, da Universidade Federal de Santa Maria, surge com a intenção de proporcionar aos estudantes uma experiência prática de produção de conteúdos radiofônicos, como notícias, reportagens, edição sonora e, até mesmo, entretenimento.

Prata e Del Bianco (2016, p. 107) defendem que, para além de todo o aprendizado adquirido pelo o aluno, a webrádio universitária tem um papel importante no que tange a relevância social do conteúdo para a população.

Trata-se de uma extensão que é mais do que prestação de serviços à comunidade. Tem natureza participativa e colabora para construir conhecimento junto com a sociedade. A intenção é que a sociedade se aproprie dos ganhos obtidos e dê continuidade independentemente do projeto sem a presença da universidade (PRATA E DEL BIANCO, 2016, p. 107).

¹⁶ Informação disponível em:

http://www.radio.ufrgs.br/radio.html?fbclid=IwAR1RJvVesPrW38NTCBxoczLDPq8C5HGvVKZOeizmKoQpk0Gz-%20p_k9Gp298o. Acesso em 05 abr. 2019.

No contexto atual, onde diversas mídias coexistem e os acessos a conteúdos são instantâneos, a webradio é mais do que apenas uma difusora de conteúdos e programas. Por estar presente inteiramente dentro da internet¹⁷, é vista, muitas vezes, apenas como um suporte de hospedagem de produtos gerados dentro do âmbito radiofônico, seja acadêmico ou prático/mercadológico. Entretanto, as possibilidades se tornam muito mais vastas quando entendemos que a internet, muito além de um suporte, permite o estudo, entendimento e criação de produtos voltados para um público diferente das tradicionais estações de rádios.

Assis et al. (2017) ressaltam a importância do contexto da internet para a difusão e criação de outros conteúdos ligados ao rádio para diversos tipos de pessoas, principalmente para os alunos de jornalismo:

na área do rádio, o desenvolvimento das atividades práticas é favorecido pela possibilidade de transmissão e disponibilização de áudio em plataformas digitais, como o SoundCloud. Neste sentido, a facilidade de acesso aos conteúdos produzidos pelos alunos e, por conseguinte, o contato real deles com a comunidade, amplia-se consideravelmente com a criação de uma webrádio. No entanto, não basta pensar o ambiente digital apenas como repositório de conteúdos sonoros, é necessário experimentar outros formatos de produtos, como o podcast. (ASSIS et al., 2017, p. 8-9).

Com base em todas essas ideias apresentadas, compreendemos a relevância do espaço laboratorial para a estrutura curricular acadêmica e para a formação profissional dos estudantes de comunicação, uma vez que, além de se praticar certas teorias e métodos adquiridos em sala de aula, as criações de produtos inovadores são facilitadas, permitindo que o aluno compreenda a totalidade de um processo jornalístico. Na área radiofônica, por exemplo, trazer a aplicabilidade da pauta, locução, roteiro englobando-os nas criações de programas, conduz o estudante a um avanço cada vez maior no que tange o entendimento da lógica do rádio e de sua audiência.

¹⁷ A Rádio Ponto UFSC nasce como webradio, mas atualmente, a emissora também é transmitida em FM pela frequência 106,1 somente dentro do Campus Central da Universidade em Florianópolis.

Capítulo 3 – Procedimentos Metodológicos

Neste capítulo nos propomos a discorrer sobre a metodologia utilizada na análise do trabalho. Mas antes, vamos falar um pouco sobre a história de Luiz Carlos Cancellier de Olivo e contar sobre todo o caso que envolveu a prisão e morte do ex-reitor da UFSC, que é o nosso principal objeto analítico.

No primeiro tópico, trataremos um pouco da história de vida de Cancellier, sua carreira, sua trajetória até chegar a ser professor da Universidade Federal de Santa Catarina e, posteriormente, reitor.

No segundo tópico, explicaremos todo o caso que envolveu a prisão e, posteriormente, a morte de Cancellier. O histórico de investigações da Polícia Federal em torno do desvio de verbas e, também, das prisões dos funcionários da Universidade, principalmente do ex-reitor.

Para finalizar, vamos esmiuçar as ferramentas metodológicas utilizadas nas análises realizadas no quarto capítulo. Para a primeira parte analítica, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo para entender mais sobre o programa “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC, que realiza um debate com diversos jornalistas sobre os pontos bons e ruins da cobertura midiática sobre o caso Cancellier. No segundo momento, adaptamos a mesma metodologia para criar uma “Análise de Enquadramento”, as quais discorreremos um pouco mais abaixo. Em ambas, selecionamos operadores que nos permitirão observar com clareza os detalhes dos objetos escolhidos.

3.1 – A história de Luiz Carlos Cancellier de Olivo

Luiz Carlos Cancellier de Olivo nasceu na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, no dia 13 de maio de 1957. Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Cancellier já atuou em diversas áreas, como jornalismo e judiciário, até se tornar professor universitário. Ele era mestre e doutor também pela UFSC, onde deu aula até falecer.

Luiz ingressou como aluno de Direito em 1977, se afastando tempos depois para atuar no jornal O Estado como jornalista. Trabalhou também como assessor do ex-senador Nelson Wedekin e foi militante pelo movimento Diretas Já, que exigia eleições diretas em uma época ditatorial no Brasil. Em 1996, Cancellier retorna à UFSC para concluir seu curso de graduação.

Cursou pós-graduação em Gestão Universitária e Direito Tributário. Já como professor adjunto da UFSC, Cancellier ministrou as disciplinas de Direito Administrativo e Direito Público. Além disso, era professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC. Foi chefe de Departamento de Direito e também diretor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), a Escola de Direito da Universidade. Candidatou-se para reitor da UFSC em 2015, sendo eleito nesse mesmo ano e tomando posse em 2016.

Em 2017, foi preso por suspeita de obstrução de informações em uma operação da Polícia Federal que investigava um desvio de verbas no Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFSC. No próximo tópico, falaremos mais sobre o caso.

Cancellier morreu em 2 de outubro de 2017, após cometer suicídio se jogando no vão central do Beiramar Shopping, em Florianópolis.

3.2 – Entenda o caso

Movidos por uma suspeita de desvio de dinheiro nos cursos de Educação a Distância (EaD) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Polícia Federal, em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), com apoio do Ministério Público do Estado, iniciou uma operação para investigar o que havia acontecido e, posteriormente, punir os culpados. Decretada em setembro de 2017, “Ouvidos Moucos” foi o nome dado à operação que tinha como objetivo central desarticular a organização criminosa que teria realizado o desvio de verba.

Segundo a delegada responsável pelo caso, Érika Marena, em coletiva de imprensa realizada na sede da Polícia Federal em Florianópolis (SC), o programa de cursos EaD da UFSC, oferecido pelo Universidade Aberta do Brasil, estava sob investigação desde o ano de 2008. Inicialmente, a suspeita era de que 20 milhões de reais haviam sido desviados de um montante de 80 milhões. Por isso, na primeira fase da operação, foram decretados sete mandados de prisão e cinco de condução coercitiva. Dentre os presos estava o reitor da UFSC, o Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, acusado, inicialmente, de obstruir as investigações. O reitor ficou em prisão domiciliar durante dois dias e, também, prestou depoimentos à polícia. Após a sua soltura, ficou impedido de adentrar nos espaços físicos da Universidade por tempo indeterminado.

Com o decorrer do tempo, as notícias que eram divulgadas nos grandes e pequenos jornais davam a entender que o reitor, que até então não havia sido indiciado por envolvimento, tivesse participação ativa no desvio de verba. Rogério Christofolletti,

professor do curso de Jornalismo da UFSC, em artigo para o blog “Objethos”, observa que as manchetes divulgadas tiveram importante culpa na construção errônea da narrativa:

No Diário do Litoral, jornal que circula em Itajaí e Balneário Camboriú, a chamada na primeira página faz uma perigosa vinculação: “Reitor da UFSC é preso em operação de delegada que iniciou a Lava-Jato”. A informação não está incorreta, mas ela contribui para outro contexto, mais inflamável (CHRISTOFOLETTI, 2017).

Essa mesma narrativa, que se estendeu para outros veículos de informação, principalmente jornais locais, desencadearam uma onda negativa na reputação do reitor. Pessoas fizeram manifestações contra Cancellier quando o mesmo teve o direito de sair da prisão domiciliar, o que fez, inclusive, a Polícia o proibir de entrar na Universidade enquanto a primeira fase das investigações não fosse concluída.

Nas redes sociais, o festival de linchamento moral de Cancellier já estava acontecendo. Não só isso. A UFSC, seus docentes, técnicos e alunos foram motivo de comentários de escárnio, intolerância e ódio, abrindo espaço para críticas à educação pública e gratuita e ao papel da universidade na sociedade (CHRISTOFOLETTI, 2017).

Mesmo negando todas as acusações de que teria atrapalhado as investigações da PF, Cancellier acabou sendo julgado socialmente por participação em um crime o qual não havia provas contra ele. Inclusive, a própria Polícia deixou claro que ele não estava sendo acusado, entretanto, com a repercussão de notícias tendenciosas contra a imagem do reitor, a população acreditava que ele havia participado do crime.

No dia 2 de outubro, um mês após o início da operação Ouvidos Moucos, Luiz Carlos Cancellier se jogou do último andar do Beiramar Shopping, em Florianópolis. Em seu bolso havia um bilhete que dizia: “A minha morte foi decretada no dia da minha prisão”. Nos dias posteriores à sua morte, a UFSC foi tomada por homenagens e cerimônias solenes em memória ao reitor, nas quais diversos professores e membros da comunidade acadêmica da UFSC criticaram veementemente a cobertura jornalística da operação.

Após a morte de Cancellier, a PF continuou com as investigações da operação até 25 de abril de 2018, quando foi encerrado o inquérito que possuía 817 páginas. Mesmo um ano após o encerramento, a Polícia ainda não arquivou o caso, porém não prossegue com mais investigações efetivas. A Folha de São Paulo, para reportagem publicada em abril de 2018, analisou o relatório feito pela PF na íntegra. A matéria, assinada por Wálter Nunes, diz que “segundo a polícia, Cancellier ‘nomeou e manteve em posição de destaque’ um grupo de professores que abastecia a ‘política de desvio e direcionamento nos pagamentos de bolsa’

no programa de ensino a distância”. Porém, ao analisarem o inquérito, perceberam que não havia nenhuma prova que indiciasse o reitor ou fizesse dele um suspeito. “A Folha questionou a Polícia Federal sobre a ausência de provas contra Cancellier, mas obteve como resposta apenas que a investigação está finalizada”, explica.

3.3 – Ferramentas Metodológicas

Neste tópico, vamos esmiuçar as ferramentas metodológicas utilizadas na análise do nosso trabalho. Primeiramente, falaremos sobre a Análise de Conteúdo, metodologia principal que é base do primeiro e do segundo processo analítico, observando seus detalhes e esclarecendo como é utilizado na observação e verificação de dados.

No segundo tópico, falaremos sobre o primeiro processo metodológico. Traremos informações sobre o programa analisado, o “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC, e entender que tipo de conteúdo foi veiculado na edição escolhida para análise. Em seguida, apresentaremos os operadores escolhidos para nos auxiliarem na observação do programa.

Após esse momento, entramos na segunda parte metodológica. Lá, explicaremos melhor como se dará o segundo processo analítico presente no quarto capítulo. A partir de uma adaptação da Análise de Conteúdo, criamos um método para observar e levantar os principais pontos dos enquadramentos de notícias que a imprensa mercadológica publicaram sobre a prisão e morte de Cancellier.

3.3.1 – Análise de Conteúdo

Para constituir a análise do trabalho, a metodologia utilizada como base é a Análise de Conteúdo (AC). Pensada para descrever e entender conteúdos de diversos gêneros, segundo Moraes (1999), a AC conduz descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas e “ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.

Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES, 1999, p. 7-32).

Sistematizada em meados do século XVII, na Suécia (VIANA, 2017, p.109), a AC

permite que qualquer conteúdo, seja de natureza de comunicação verbal ou não-verbal, possam ser utilizados como matéria prima de uma análise. Entretanto, é necessário lembrar que “os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo” (MORAES, 1999).

Wilson Corrêa da Fonseca Junior (2006, p.286), trazendo contribuições de Krippendorff (1990), explica que a análise de conteúdo possui três características fundamentais: i) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; ii) transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; iii) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados. Tendo essas premissas em mente, Fonseca Junior (2006, p.287) explica que utilizar a AC requer do pesquisador alguns marcos de referência:

a) Os dados, tais como se apresentam ao analista: é necessário deixar claro quais dados serão analisados e de onde eles foram retirados. Esse é o elemento básico da análise de conteúdo.

b) O contexto dos dados: alguns discursos ocorrem ou mudam devido ao contexto. Por isso, é necessário deixar claro o contexto do qual os dados foram retirados. Isso muda o olhar que o pesquisador tem com os dados coletados e permite que se tenha uma análise coerente com determinada situação.

c) O conhecimento do pesquisador: Assim como o contexto, os interesses e conhecimentos do pesquisador também interferem na construção da análise. Dessa forma, é necessário que se deixe explícito os pressupostos da análise e a sua relação com os dados utilizados na pesquisa.

d) O objetivo da análise de conteúdo: é necessário deixar claro o objetivo da análise de conteúdo e explicitar, com clareza, a finalidade ou objetivo das inferências realizadas no estudo.

e) A inferência como tarefa intelectual básica: o principal objetivo da análise de conteúdo é relacionar os dados obtidos por meio de uma pesquisa prévia com alguns aspectos de seu contexto. Para que isso aconteça, é necessário saber escolher bem os operadores que irão nortear a análise dos dados coletados e permitir que se conclua a

pesquisa.

f) A validade como critério de sucesso: mesmo que não existam outras formas de refutarem a análise realizada pelo pesquisador, é necessário que se estabeleça critérios que permitam outras pessoas analisarem a veracidade.

A partir destas premissas, é possível iniciar o processo de análise de conteúdo. A primeira análise realizada neste trabalho se propõe a olhar para o programa “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC, e enxergar quais foram as falhas apontadas pelos convidados na roda de conversa que analisa a cobertura midiática da operação Ouvidos Mucos, da Polícia Federal (PF), e do suicídio do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo. No próximo tópico, discorreremos mais sobre a metodologia da primeira etapa metodológica.

3.3.2 – Primeiro Processo Metodológico

A primeira etapa metodológica do trabalho surge a partir do questionamento de como se deu e como foi o tratamento da mídia na Operação Ouvidos Mucos e no suicídio de Cancellier. Para entendermos um pouco mais desse processo, escolhemos analisar um programa de um rádio educativo que se propôs a criar uma roda de conversa com diversos jornalistas do Brasil que expuseram suas opiniões acerca do caso e da cobertura. Partimos do pressuposto que, por ser um programa de uma rádio educativa pertencente a uma universidade pública que utiliza o espaço como um laboratório para os estudantes do curso de Jornalismo, o conteúdo transmitido seja isento de opiniões partidárias e que não fuja à ética da profissão. Por isso, utilizamos o programa “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC, como objeto da primeira análise.

Para pensar no objeto a ser analisado, é necessário primeiro entender o meio onde ele está inserido: a Rádio Ponto UFSC. Fundada em 1999, ela é uma webradio universitária que funciona como estação virtual do Curso de Jornalismo da UFSC e é uma das pioneiras do webradio brasileiro. Segundo Zuculoto et al. (2018, p.2), a Rádio se desenvolveu, desde sua estréia, como um projeto de extensão, laboratório de ensino de radiojornalismo e, também, como um espaço de pesquisa da graduação e da pós-graduação.

A webemissora busca produzir programação experimental e diferenciada, com objetivo de disseminar conhecimento, informação, educação e cultura, além de estimular o exercício da cidadania, destacando-se ou apresentando

novidades em relação à estruturação e aos modos de funcionamento e de produção (ZUCULOTO et. al., 2018, p.2).

Sendo assim, é perceptível que o foco principal da Rádio firma sendo o informativo a partir de suas variadas produções. No seu primórdio, a Ponto UFSC surgiu da necessidade de se criar um espaço para divulgar as produções de radiojornalismo da Universidade, como explicam Lopez et al. (2017):

Não havia um espaço adequado para divulgar as produções radiofônicas que só eram ouvidas nas salas de aula e em algumas rádios parceiras. Dentre essas parcerias, destacam-se os projetos: Multimídia Universidade Aberta, extinto em 1999 por falta de recursos, e o Fazendo Rádio na Escola. Todavia, a necessidade de um espaço formal para a veiculação de conteúdos permanecia e o curso de jornalismo buscou a opção online para atender à demanda do corpo discente e docente (LOPEZ et al., 2017, p. 101).

Sendo a primeira webemissora do Brasil a funcionar dessa maneira, a Rádio Ponto UFSC também é transmitida em sinal FM dentro do campus da Universidade em Florianópolis. Ou seja, é perceptível também, que é uma rádio educativa que se preocupa em levar informações para os alunos da UFSC, uma vez que a Rádio é mantida com verbas públicas destinada à educação.

Depois de 12 anos no ar, a Rádio Ponto UFSC lança o “Jornalismo em Debate”. O programa nasceu em 07 de abril de 2011 como uma produção acadêmica dos alunos de graduação e pós-graduação em Jornalismo da UFSC e é supervisionado pela professora Valci Zuculoto, com mediação do professor Áureo Moraes. Seu objetivo geral é promover debates sobre temas relativos ao exercício da cidadania e à prática responsável do jornalismo. Até o ano de 2013, o programa fazia parte da grade oficial da webemissora. Entretanto, após um ano e meio de pausa de sua produção, o Jornalismo em Debate voltou ao ar, mas apenas em edições especiais que discutem a atuação e cobertura da mídia e sua influência sobre acontecimentos de relevância nacional e internacional.

Para a análise, foi selecionado o programa de 24 de novembro de 2017 do Jornalismo em Debate. Nele, estavam presentes cinco jornalistas que debateram, ao longo do programa, toda a cobertura midiática da Operação Ouvidos Moucos da PF e o suicídio do Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Para além dos jornalistas, a produção trouxe algumas fontes, de alguma maneira ligadas à Universidade, para darem a opinião e discutirem sobre o assunto. Na gravação do programa, estiveram presentes pessoas que atuaram profissionalmente no caso ou acompanharam pela mídia: Suzana Tatagiba, diretora da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); Carlos Damião, jornalista do jornal “Hoje em Dia”, Fábio Bispo, jornalista e repórter

especial no jornal “Hoje em Dia”; e por fim, Carlos Augusto Locatelli, professor do curso de Jornalismo da UFSC desde 1993. Juntamente com outras fontes que entraram em forma de sonora no decorrer do programa, os jornalistas debateram as circunstâncias e eventos que ocorreram durante toda a operação e atuação da mídia ao reportar os fatos.

3.3.3 – Operadores da primeira etapa

Após entender o contexto da Rádio Ponto UFSC e do programa Jornalismo em Debate, assim como o que aconteceu no caso analisado, partimos para a metodologia da primeira análise do trabalho. Usando a análise de conteúdo como método, tentaremos perceber quais foram os pontos falhos da cobertura midiática da operação a partir da fala de cada uma das pessoas presentes no programa analisado.

Para isso, selecionamos alguns operadores que dizem respeito a maneira correta em que se deve realizar coberturas jornalísticas. Retirados do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, os operadores permitirão entender se os jornais fugiram da conduta correta ao realizar o trabalho jornalístico em relação ao caso. Na tabela abaixo é possível conferir os operadores e os critérios de validação de cada um ao ser analisado nas falas dos jornalistas:

Quadro 1 – Operadores da primeira etapa metodológica

Análise de Conteúdo do Programa	
Operador	Critério
Falta de Apuração	Quando o locutor acredita que o jornalismo se ateve em informações rasas e pouco fundamentadas.
Falta de Pluralidade de Fontes	Quando o locutor defende que a imprensa deveria recorrer a outras fontes diferentes da oficial (que neste caso se refere à polícia federal).
Furo de Reportagem	Quando o locutor relaciona à pressa do jornalista em ser o primeiro a divulgar a informação ou quando o profissional preza mais pela imediatividade em transmitir a notícia tentando acompanhar a velocidade das publicações feitas em redes sociais digitais.
Falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão	Quando o locutor acredita que a imprensa não preza pela intimidade dos cidadãos envolvidos no acontecimento, não preservando o direito à privacidade dos indivíduos.

Subjetividade por parte do jornalista	Quando o locutor acredita que o jornalista toma para si um fato como verdade absoluta, emitindo sua opinião própria sem buscar por uma objetividade dos fatos.
--	--

Fonte: elaboração própria

A partir destes operadores selecionados, seremos capazes de entender quais foram os erros mais apontados pelos convidados do programa a partir de uma análise quantitativa de suas falas e citações. Em seguida, por meio dos resultados obtidos a partir da primeira análise, iremos analisar se esses erros, muito citados no programa Jornalismo em Debate, coincidem com a conclusão da segunda etapa metodológica que consiste em uma análise do enquadramento de notícias de veículos mercadológicos. No próximo tópico, falaremos mais sobre este segundo processo metodológico do trabalho.

3.3.4 – Segunda Etapa Metodológica

Após explicada a primeira etapa de análise do trabalho, apresentamos na sequência qual será a metodologia utilizada na segunda parte analítica. Como visto, a primeira é voltada para a questão ética do exercício do jornalismo na cobertura em questão. Já a segunda análise busca pensar e observar o enquadramento utilizado nas notícias e reportagens de meios de comunicação mercadológicos que, diferentemente da webradio educativa locada em uma universidade pública, sofre influências capitalistas e políticas no que tange a produção de notícias e suas angulações.

Para isso, foram escolhidas três notícias que falam sobre a prisão de Cancellier, sendo elas:

- 1) “Reitor da UFSC é preso em operação da PF que investiga desvio de recursos” - Diário Catarinense de 14 de setembro de 2017.
- 2) “Reitor da UFSC é preso em operação que apura desvio de verba em cursos” - Folha de São Paulo de 14 de setembro de 2017.
- 3) “PF prende reitor da UFSC por suspeita de desvios em cursos à distância” - O Globo de 14 de setembro de 2017.

E outras três que noticiam o suicídio de Cancellier. São elas:

- 1) “Reitor afastado da UFSC é encontrado morto em shopping de Florianópolis” – O Município de 2 de outubro de 2017.
- 2) “Reitor da UFSC é encontrado morto em shopping em Florianópolis” – Portal G1 de 2 de outubro de 2017
- 3) “Reitor afastado da UFSC é encontrado morto em shopping” – Revista Exame de 2 de outubro de 2017.

Nelas, analisaremos alguns operadores que permitirão pensar qual a influência do enquadramento na noticiabilidade do fato e da visão passada para o leitor. Na tabela abaixo, discorreremos sobre cada um dos operadores utilizados:

Quadro 2 – Operadores da Análise de Enquadramento

Segundo processo metodológico - Análise de Enquadramento	
Operadores	Critério
Título	O título é o primeiro contato do público com a matéria e as palavras utilizadas dizem muito do conteúdo transmitido. A partir dele, sendo manchete ou não, é possível entender a primeira mensagem que o veículo deseja passar para o leitor.
Linha Fina	Assim como o título, a linha fina ajuda a transmitir a primeira ideia da matéria e as informações mais relevantes. Cada jornal, com sua linha editorial e repórter, decide o que é mais importante. Sendo assim, a linha fina conclui o entendimento da primeira mensagem que o veículo deseja passar para o leitor.
Lead	A primeira parte da notícia traz as informações mais relevantes do fato noticiado. Quem escolhe o que entra é o repórter e o jornal, de acordo com a angulação adotada para a matéria. Por isso, analisar o lead se faz fundamental para entender o enquadramento da matéria.
Imagem	As fotos que ilustram a matéria também contribuem para o enquadramento e angulação das notícias. Observar sua influência no todo faz parte do processo de entender a ideia e imagem transmitida dos personagens envolvidos.
Legenda	A legenda, como parte fundamental da foto, também contribui para sua influência na matéria. A legenda mostra que a imagem não está ali apenas para ilustrar.

Fontes	As fontes utilizadas na matéria contribuem significativamente para a angulação e enquadramento já estabelecidos pelo jornal. A análise se propõe a observar se foram utilizadas apenas fontes oficiais, ou se atentaram a falar com fontes mais próxima ao reitor e à universidade, por exemplo.
Adjetivação	As principais palavras utilizadas na matéria permitem entender a imagem que o jornal quer passar para o leitor, principalmente dos personagens envolvidos. Utilizar determinada palavra, ao invés de outra, permite que entendamos o que o veículo quer dizer sobre determinado fato.

Fonte: elaboração própria

Capítulo 4 – Do enquadramento à ética: as perspectivas das coberturas midiáticas da prisão e suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo

Neste capítulo, iniciamos as nossas análises do trabalho. Divididas em duas etapas, a primeira analisará o programa de rádio “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC, e a segunda, analisará seis notícias de imprensa mercadológica, sendo três sobre a prisão de Cancellier e três sobre o sobre o suicídio.

No primeiro momento, nos atentaremos a realizar uma análise mais focada na ética jornalística. Pensando nisso, selecionamos operadores a partir do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, nos atentando às principais responsabilidades de um profissional e de sua conduta, como foi visto no terceiro capítulo.

Em seguida, no segundo processo analítico, escolhemos as seis notícias pensando nos principais polos jornalísticos do Brasil, onde se encontram as maiores empresas de comunicação do país e, também, no âmbito local, trazendo notícias da imprensa catarinense. Sendo assim, foram escolhidos jornais como G1 e O Globo, do Rio de Janeiro; Estadão e Folha de São Paulo, da cidade de São Paulo; e O Município e Diário Catarinense, de imprensa local do estado de Santa Catarina.

Em cada uma das análises, observamos individualmente cada um dos operadores, listados no capítulo anterior, e discutimos as suas aplicações e implicações na construção da narrativa contada pela mídia sobre o caso de Cancellier.

4.1 - Discutindo a ética jornalística no caso Luiz Carlos Cancellier de Olivo

“Jornalismo em Debate” é um programa produzido mensalmente pela Rádio Ponto UFSC, webradio universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a disciplina Cátedra Fenaj/UFSC de Jornalismo para Cidadania. Com início em abril de 2011, sob supervisão de Valci Zuculoto e mediação de Áureo Moraes, o programa traz alunos da graduação e pós-graduação em jornalismo da instituição para debater, junto a profissionais convidados, assuntos pertinentes para a comunidade e para a área de comunicação.

Em 2017, após um ano e meio de interrupção do programa, o “Jornalismo em Debate” volta a ser produzido trazendo um programa de 1h50 de duração que discute a cobertura midiática da operação Ouvidos Mucos, da Polícia Federal, e da morte do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo. A operação, instaurada em 14 de dezembro de 2017,

investigava um desvio de dinheiro dos cursos de educação à distância, oferecidos pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UaB). Os primeiros rumores diziam que o valor desviado chegaria a 80 milhões de reais. Dessa forma, no início das investigações, foram dadas ordens de prisão temporárias, conduções coercitivas e busca e apreensão em Florianópolis, Itapema e Brasília. Entre os acusados, estava o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que foi detido na época por tentativa de obstrução de investigações internas.

Apresentado pelos repórteres Andrey Frasson e Guilherme Longo, alunos da graduação e pós-graduação de Jornalismo da UFSC, o programa trouxe cinco jornalistas para debaterem o assunto, sendo eles: Suzana Tatagiba, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo; Upiara Boschi, repórter do grupo NSC, atuando como analista de política no jornal Diário Catarinense; Carlos Damião, colunista do jornal Notícias do Dia; Fábio Bispo, jornalista e repórter do jornal Notícias do Dia; Carlos Augusto Locatelli, professor de jornalismo da UFSC desde 2013. Além deles, trouxeram três sonoras com entrevistas de Áureo Moraes, que é professor da UFSC e chefe de gabinete da instituição; Rogério Christofolletti, professor da universidade e jornalista do Observatório da Ética Jornalística (Objethos); e Ubaldo Balthazar, reitor interino da UFSC após o suicídio de Cancellier.

Para atendermos nosso objetivo de analisar se a cobertura midiática do caso respeitou a conduta ética, recorreremos à análise de conteúdo como ferramenta metodológica. Tal procedimento consiste em escolher um objeto e contar a frequência de um ou mais dados ou temas, analisando-se a associação entre estes e as suas variâncias (HERCOVITZ, 2007), ou seja, partimos de uma análise quantitativa para fazer inferências qualitativas.

Como ponto de partida, definimos alguns operadores que irão nos nortear na observação do objeto. Dessa forma, conseguiremos perceber quais foram os pontos mais problemáticos na cobertura feita pela imprensa do caso de desvio de verba e do suicídio do reitor de acordo com as falas de cada convidado. Foram analisados os seguintes operadores durante as falas dos convidados para o programa Jornalismo em Debate:

- 1) Falta de Apuração - Quando o locutor acredita que o jornalismo se ateve em informações rasas e pouco fundamentadas;
- 2) Falta de Pluralidade de Fontes - Quando o locutor defende que a imprensa deveria recorrer a outras fontes diferentes da oficial (que neste caso se refere à polícia federal);

- 3) Furo de Reportagem - Quando o locutor relaciona à pressa do jornalista em ser o primeiro a divulgar a informação ou quando o profissional preza mais pela imediatividade em transmitir a notícia tentando acompanhar a velocidade das publicações feitas em redes sociais digitais;
- 4) Falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão - Quando o locutor acredita que a imprensa não preza pela intimidade dos cidadãos envolvidos no acontecimento, não preservando o direito à privacidade dos indivíduos.
- 5) Subjetividade por parte do jornalista - Quando o locutor acredita que o jornalista toma para si um fato como verdade absoluta, emitindo sua opinião própria sem buscar por uma objetividade dos fatos.

Os operadores relacionados acima foram definidos com base no código de ética dos jornalistas brasileiros, elaborado pela Fenaj, e constituem-se como algumas das premissas básicas que o profissional deveria seguir ao conduzir a produção de notícias e reportagens relacionadas a acontecimentos cotidianos. O primeiro operador, “falta de apuração”, está relacionada ao capítulo II - Da conduta profissional do jornalista, no artigo 4º que afirma que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

O operador “pluralidade das fontes” se refere ao capítulo, também, ao capítulo II onde, no artigo 7º, afirma-se que o jornalista não pode “impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias”; Já o operador “Furo de reportagem” dialoga com o artigo 2º onde fala que “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores”. O furo de reportagem pode ferir essa regra pois demanda extrema rapidez na divulgação das informações.

O quarto item observado nesta pesquisa, “falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão” diz respeito ao artigo 6º, que apresenta os deveres do jornalista, e diz que é obrigatório “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. E, por fim, o operador “Subjetividade por parte do jornalista” está de acordo com o artigo 10º, que explicita sobre a posição expressada pelo jornalista ao dizer que “a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade”. Após levantamento dos dados, elaboramos o quadro abaixo para facilitar a visualização:

Quadro 3 – Análise do programa Jornalismo em Debate

Convidados	Operadores				
	Falta de Apuração	Falta de Pluralidade de Fontes	Furo de Reportagem	Falta de respeito à imagem do cidadão	Subjetividade por parte do jornalista
Suzana Tatagiba	5	-	-	-	1
Carlos Augusto Locatelli	2	-	-	-	1
Carlos Damião	1	1	-	-	1
Fábio Bispo	2	-	-	-	-
Upiara Boschi	-	-	-	-	-
Áureo Morais	2	2	1	2	-
Rogério Christofoletti	-	1	1	-	-
Ubaldo Balthazar	-	-	-	1	-

Fonte: elaboração própria

Para Tatagiba, dentro dos operadores observados, a falta de apuração foi o maior problema na cobertura do caso. Seguido disso, ela defende que a subjetividade dos jornalistas também interferiu na disseminação das informações, uma vez que os profissionais trabalharam mais como opinadores do que como mediadores. Locatelli concorda que esses dois pontos interferiram na construção da narrativa, entretanto, Tatagiba enfatiza mais o fato da falta de apuração no decorrer dos fatos.

Damião, para além dos dois pontos já citados, enfatiza a falta de pluralidade de fontes, já que a busca pela informação ficou majoritariamente centrada em informações oficiais divulgadas pelos órgãos públicos responsáveis pela investigação, como a Polícia Federal. Bispo, por sua vez, volta a enfatizar duas vezes que a falta de apuração foi um dos problemas que mais se destacou na imprensa.

Boschi não manteve sua participação no debate centrada no trabalho desenvolvido pela mídia em cima do caso. Ele utilizou seu tempo no programa para enfatizar quais deveriam ter

sido as condutas dos juízes e agentes diretamente participativos nas investigações para com os indiciados e investigados naquele momento. Dessa forma, não foi possível identificar em sua fala nenhum dos operadores observados nesta análise.

Áureo Moraes enfatizou quatro dos cinco operadores analisados. Segundo ele, a falta de apuração, a falta de pluralidade de fontes e a falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão foram pontos igualmente comprometedores na cobertura, vindo à frente da necessidade do furo de reportagem, que pela rapidez na divulgação das informações, acaba por comprometer a qualidade das notícias que serão veiculadas.

Por fim, para Christofolletti, a falta de apuração aliada com a rapidez para a divulgação do furo de reportagem foram pontos cruciais para uma cobertura que foge à ética jornalística. Já para Balthazar, o desrespeito com a imagem do reitor durante a divulgação dos fatos recorrentes às investigações foi o ponto mais falho de toda cobertura.

Com base nessa análise, detalhamos alguns pontos específicos em que a imprensa falhou na veiculação da operação “Ouvidos Moucos”. Ressaltamos que nosso propósito nesta pesquisa é apontar algumas dessas falhas com base no código de ética dos jornalistas, reconhecendo que não podemos fazer uma generalização englobando toda imprensa. Há, segundo os próprios entrevistados, acertos que merecem reconhecimento, principalmente entre o jornalismo independente.

A partir de agora, feita a análise ética da cobertura do caso Cancellier a partir de um programa produzido em espaço laboratorial de um curso de jornalismo, partimos para a segunda parte metodológica. Nela, vamos analisar o enquadramento de notícias relacionadas à prisão e suicídio do ex-reitor da UFSC veiculadas pela imprensa mercadológica a partir de operadores pré-selecionados, como vimos no capítulo 3.

4.2 – O enquadramento das notícias no caso Cancellier

A segunda parte metodológica do trabalho visa fazer uma análise de enquadramento de três notícias que falam sobre a prisão e outras três sobre suicídio de Luiz Carlos Cancellier. Como vimos no terceiro capítulo, onde explanamos sobre a metodologia utilizada no trabalho, foram escolhidos sete operadores que permitem analisar as notícias sob a ótica da teoria do enquadramento, pensando quais são as ideias expressadas a partir das construções textuais na reportagem, tanto no âmbito da escrita, quanto das fotografias.

Antes da análise propriamente dita, o trabalho necessitou de uma seleção dos veículos e suas respectivas matérias. O critério de escolha foi pensando nos dois grandes polos de

produção jornalística no Brasil e, também, por uma questão geográfica, no âmbito local. Dessa forma, selecionamos jornais ou revistas de São Paulo e Rio de Janeiro, partindo de uma premissa que nesses locais estão localizadas as maiores empresas de comunicação e jornalismo do país, e também do estado de Santa Catarina, onde aconteceu tanto a prisão, quanto a morte de Cancellier.

Sendo assim, as três primeiras notícias e reportagens analisadas nessa segunda parte metodológica foram dos jornais Diário Catarinense, imprensa local do estado de Santa Catarina (SC), Folha de São Paulo, veículo sediado na própria cidade de São Paulo, e O Globo, da cidade do Rio de Janeiro. Após observarmos as especificidades de cada operador e analisar suas implicações na narrativa construída, elaboramos, ainda, um panorama geral sobre as análises, trazendo uma relação com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Após essa etapa, partimos para as análises das notícias sobre o suicídio de Cancellier. Escolhemos matérias dos veículos: O Município, jornal local de SC; G1, do Rio de Janeiro; e a Revista Exame, do Grupo Abril sediado na cidade de São Paulo. Na sequência, assim como foi feito com as três primeiras notícias analisadas, realizamos uma observação de cada operador e suas contribuições para as narrativas construídas pelas reportagens, sempre tendo como base o Código de Ética.

4.2.1 – Diário Catarinense

O Diário Catarinense¹⁸ (DC:) é um veículo impresso e online do estado de Santa Catarina (SC). O jornal pertence ao Grupo NSC Comunicação, que também é proprietário de emissoras de rádio e televisão do estado filiadas ao Grupo Globo. A versão impressa do DC:, que é em versão tablóide, é o jornal de maior tiragem e ampla circulação em SC, sendo fundado em 05 de maio de 1986 com versão impressa. Ao noticiar a prisão de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, o DC: lançou uma matéria no portal online assinada por “Redação NSC” no dia 14 de setembro de 2017, às 4h19, com atualização às 12h51 do mesmo dia. No entanto, não fica claro quais foram as modificações realizadas na matéria. O chapéu da matéria traz o chamado “Operação Ouvidos Moucos”.

¹⁸ Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/noticias/reitor-da-ufsc-e-presos-em-operacao-da-pf-que-estava-desvio-de-recursos> . Acesso em 4 de outubro de 2019.

Figura 4 – Notícia do Diário Catarinense

OPERAÇÃO OUVIDOS MOCOS

Reitor da UFSC é preso em operação da PF que investiga desvio de recursos

Docentes, empresários e funcionários de fundações parceiras teriam atuado para o desvio de bolsas e verbas de custeio por meio de concessão de benefícios a pessoas sem vínculo com a universidade

14/09/2017 - 04h19 - Atualizada em: 14/09/2017 - 12h51

Por Redação NSC



O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foi preso na Operação Ouvidos Moccos, deflagrada na manhã desta quinta-feira, pela Polícia Federal. Com apoio da Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, a PF desarticulou uma organização criminoso que supostamente desviou recursos para cursos de Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na tabela abaixo, podemos conferir os pontos analisados da matéria, previamente definidos no capítulo sobre metodologia:

Quadro 4 - Análise de enquadramento da matéria veiculada pelo Diário Catarinense

Título	Reitor da UFSC é preso em operação da PF que investiga desvio de recursos
Linha Fina	Docentes, empresários e funcionários de fundações parceiras teriam atuado para o desvio de bolsas e verbas de custeio por meio de concessão de benefícios a pessoas sem vínculo com a universidade
Lead	O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foi preso na Operação Ouvidos Moccos, deflagrada na

	manhã desta quinta-feira, pela Polícia Federal. Com apoio da Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, a PF desarticulou uma organização criminosa que supostamente desviou recursos para cursos de Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Imagem	1 foto: Reitor sorrindo com o brasão da UFSC ao fundo.
Legenda	Sem legenda.
Fontes	2 fontes, sendo elas: 1. Assessoria do Gabinete da Reitoria da UFSC 2. Assessor do ex-reitor 3. Polícia Federal
Adjetivação	“organização criminosa”

Fonte: elaboração própria

A partir da análise dos operadores selecionados, é possível entender alguns aspectos que a matéria permite interpretar.

O título diz que Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi preso em uma operação que investiga um desvio de verba na UFSC. Entretanto, a construção da frase deixa a entender, no primeiro momento, que o ex-reitor da Universidade estava de alguma maneira ligado ao crime que estava sendo investigado na época. O jornal não dissocia, no título, a prisão do reitor da culpabilização pelo desvio de verba.

A linha fina, que, por sua vez, complementa o título e constrói essa primeira imagem sobre a notícia, também não trouxe informações sobre a não participação do reitor no desvio de verba. Entretanto, nesse momento, o Diário Catarinense traz o verbo “ter” na frase, flexionado no tempo verbal do futuro do pretérito do indicativo, que transmite a ideia da não certeza da participação dos citados no crime noticiado. Além disso, a linha fina não fala sobre a prisão de nenhum outro funcionário da Universidade, apenas acusa que talvez eles teriam participação, sendo que a Operação realizou a prisão coercitiva de outros funcionários.

O lead, assim como o título, transmite em primeiro momento a ideia de que o ex-reitor teve uma participação ativa no desvio de verba, uma vez que no primeiro parágrafo da notícia, o jornal traz a informação de que o reitor foi preso pela Operação que investiga um desvio de verba na UFSC e que essa mesma Operação desarticulou uma organização criminosa dentro da Universidade que haveria realizado tal crime. Na construção do parágrafo, entende-se que

Luiz Carlos Cancellier de Olivo faz parte dessa organização criminosa citada pelo jornal na matéria.

A imagem trazida pela matéria é genérica em relação ao conteúdo da notícia. Ela não mostra cenas do momento da prisão, nem da coletiva de imprensa da Polícia Federal. A foto traz o ex-reitor sorrindo, em um ambiente levemente escurecido, na frente da bandeira da UFSC. A foto selecionada remete a ideia de representação e simbologia do reitor: ela está presente na matéria para mostrar quem é o reitor. A imagem não é acompanhada de legenda.

A reportagem, no geral, traz apenas três fontes, sendo elas: a assessoria do gabinete da reitoria da UFSC, o assessor do reitor e a própria Polícia Federal. Em nenhum momento se traz entrevistas e falas de pessoas da PF. Apenas se divulgaram as informações lançadas como oficiais por meios de informação. Não foi feito nenhum contato direto. Já a Assessoria da Reitoria foi consultada, mas obtiveram como resposta uma nota generalista que diz que a UFSC se comete com as investigações. O assessor do reitor foi a pessoa mais próxima do personagem central da matéria a dar uma entrevista, de cunho mais pessoal, onde ele expressa suas opiniões.

Por fim, é utilizada uma adjetivação que chamou atenção na matéria. Ainda no lead, o Diário Catarinense utiliza a expressão “organização criminosa” para se referir ao grupo de pessoas que supostamente havia desviado verba da Universidade. Entretanto, em momento algum até aquele a Polícia Federal utilizou esse adjetivo por se tratar ainda de uma suspeita.

4.2.2 – Folha de São Paulo

A Folha de São Paulo¹⁹, comumente chamada apenas de Folha, é o jornal de maior circulação no Brasil com mais de 330 mil assinantes no país todo. Fundado em fevereiro de 1921, ele foi criado para concorrer com o então maior jornal da cidade de São Paulo, O Estado de São Paulo (também conhecido como Estadão). Em dias de domingo, a Folha chegou a ter mais de um milhão de exemplares circulando no Brasil. A versão online foi criada em 2000 e já teve três nomes diferentes: FolhaWeb, Folha Online e Folha.com. Nela, há artigos e matérias sobre diversos assuntos, que conversam diretamente com as editorias já existentes na versão impressa. Além disso, possui colunistas específicos na web que nem sempre aparecem na versão impressa, incluindo a coluna do Ombudsman - a Folha, em 1989, foi o primeiro jornal brasileiro a ter uma coluna voltada para críticas internas. A matéria sobre

¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1918349-pf-faz-operacao-contradesvios-de-recursos-na-ufsc.shtml>. Acesso em 4 de outubro de 2019.

a prisão de Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi publicada na editoria de educação no dia 14 de setembro de 2017, às 07h14. Houve atualizações na reportagem no dia 06 de outubro de 2017, às 19h03 e não há indicação de autoria, apenas que ela foi elaborada em São Paulo, ou seja, apuração e escrita realizadas à distância. Acima do lead, a matéria traz o escrito: “Erramos: esse conteúdo foi alterado”.

Figura 5 – Notícia da Folha de São Paulo

educação

Reitor da UFSC é preso em operação que apura desvio de verba em cursos

Divulgação



Vista aérea da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)

DE SÃO PAULO

14/09/2017 07h14 - Atualizado em 06/10/2017 às 19h03

▲ Erramos: esse conteúdo foi alterado

Compartilhar

 0

OUVIR O TEXTO

Mais opções

PUBLICIDADE

A Polícia Federal prendeu o reitor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e outras seis pessoas ligadas à instituição nesta quinta-feira (14). Segundo a PF, o grupo é suspeito de desviar recursos que deveriam ser investidos em programas de EAD (Educação a Distância).

Quadro 5 – Análise da matéria sobre a prisão de Cancellier na Folha de São Paulo

Título	Reitor da UFSC é preso em operação que apura desvio de verba em cursos
Linha Fina	Na versão web, não possui linha fina.
Lead	A Polícia Federal prendeu o reitor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e outras seis pessoas ligadas à instituição nesta quinta-feira (14). Segundo a PF, o grupo é suspeito de desviar recursos que deveriam ser investidos em programas de EAD (Educação a Distância).
Imagem	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma foto aérea do campus da UFSC, em Florianópolis. 2. Foto de Luiz Carlos Cancellier de Olivo em um fundo branco.
Legenda	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Vista aérea da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)” 2. “Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da UFSC”
Fontes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Polícia Federal 2. Assessoria da UFSC 3. Capes
Adjetivação	Não há adjetivações específicas.

Fonte: elaboração própria

Na segunda notícia analisada, alguns aspectos são iguais em relação à primeira análise, mas no geral, a sua construção acontece de maneira distinta. Abaixo, vamos falar um pouco mais sobre cada operador.

Na Folha de São Paulo, o título também expressa uma ideia de que o ex-reitor da UFSC participou do desvio de verba, uma vez que a frase diz claramente que Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi preso em uma operação que investigava o crime. Nesse momento, o jornal não se preocupa em dizer qual é o órgão que está realizando a investigação, anunciando assim apenas a prisão de Cancellier. Na versão analisada, o jornal não traz a linha fina, fato que contribui para o pensamento de que o ex-reitor participou ativamente do crime de desvio de verba na Universidade, uma vez que não há informações que complementam o título.

No lead, o veículo também não se preocupa em dizer que o ex-reitor foi preso acusado de obstruir as investigações. O primeiro parágrafo começa falando qual órgão está realizando a investigação (informação que não entra no título) e diz que a PF prendeu pessoas ligadas à universidade por suspeita de desvio de verba. Ou seja, o jornal deixa claro a possibilidade dos presos, que inclui Luiz Carlos Cancellier de Olivo, de terem participado ativamente do crime. Entretanto, até esse momento, a PF não havia dito em momento algum que o reitor havia desviado verba na UFSC.

Nesta reportagem, a Folha traz duas imagens. A primeira é uma foto aérea do campus da UFSC em Florianópolis. A imagem não tem uma ligação específica com o caso: não mostra a UFSC no dia do caso e nem representa algo em relação à Operação Ouvidos Moucos. A foto parece ser de arquivo e não traz o nome do fotógrafo ou de onde ela foi retirada. Ou seja, entende-se que ela apenas ilustra a matéria, uma vez que não agrega nenhum valor jornalístico e informacional. A segunda imagem, que é um retrato de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, parece ser uma foto oficial da Reitoria, ou algo de cunho mais formal. Entretanto, também não tem relação direta com o fato noticiado. As características que indicam isso são muito claras: o fundo é totalmente branco e a feição do ex-reitor mostra um sorriso. A imagem não mostra Cancellier no dia da prisão, nem algo nesse sentido. Apenas ilustra para o público quem é o Reitor que foi preso no escândalo.

As legendas trazidas nas fotos também não dizem nada sobre o caso e ressaltam o caráter ilustrativo das imagens na reportagem. Elas apenas descrevem a foto, não trazendo nenhuma informação e nem explicando algo sobre a investigação, por exemplo. A primeira apenas diz “Vista aérea da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)”, e a segunda “Luis Carlos Cancellier de Olivo, reitor da UFSC”. Ou seja, não traz caráter informativo, apenas descritivo.

Quando observamos as fontes, é perceptível que a reportagem traz um cunho mais oficial. As três vozes presentes no texto são de órgãos oficiais que possuem relação com o caso e com nenhuma delas foi realizado alguma entrevista ou contato direto do jornal com a fonte. Sendo assim, apenas utilizou informações oficiais emitidas pela Polícia Federal e notas de comunicação lançadas pela Assessoria de Comunicação da UFSC e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A Folha não se deu ao trabalho de entrar em contato direto com nenhuma das fontes presentes e nem com a defesa do ex-reitor, principal personagem da notícia. Não pensaram em conversar com ninguém próximo à Cancellier, o que permite pensar que o jornal considera verdadeiro apenas as informações da Polícia e de outros meios oficiais de informação.

Em relação à adjetivação, a Folha não traz nenhuma palavra específica que pode ser caracterizada como uma qualificação por parte do jornal.

Por fim, é importante ressaltar que a Folha corrigiu o que julgaram como errado no processo de apuração e escrita da reportagem. No início da matéria, antes do lead, a redação traz os dizeres: “Erramos, esse conteúdo foi alterado”. Neles, não se especifica o que foi realmente alterado no texto, mas no final da página, na atualização do dia 06 de outubro de 2017, às 19h03, o jornal mostra qual foi o principal erro de apuração e de noticiabilidade na

matéria: “A reportagem deixou de informar que o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, era investigado por suspeita de interferir na apuração sobre o desvio de recursos na universidade, e não pelo desvio em si”.

Entretanto, essa informação não foi alterada no texto. Como analisado, o lead passa a ideia de que Cancellier participou efetivamente do desvio de verba. Além disso, a Folha deixou para corrigir a informação após decorridos quatro dias do suicídio de Cancellier, que aconteceu dia 02 de outubro. Ou seja, apenas se preocuparam em corrigir a informação que estava claramente errada após a morte do ex-reitor, que por muitos olhares, acabou acontecendo por uma própria pressão da mídia que o acusou de envolvimento no crime, como observamos na primeira análise.

4.2.3 – O Globo

Um dos jornais de maior circulação no Brasil, o O Globo²⁰ é sediado no Rio de Janeiro e foi fundado em julho de 1925. O veículo é de propriedade da Família Marinho e faz parte do Grupo Globo, que também inclui várias emissoras de rádio, de TV fechada e a maior emissora de TV aberta do Brasil, segundo dados do Ibope. O portal online do jornal foi lançado em 26 de julho de 1996, em comemoração aos 71 anos de fundação. De acordo com seus princípios editoriais, o O Globo On, como foi chamada a primeira versão online do portal, não era apenas uma cópia da versão impressa. Ela foi criada para ter uma identidade própria, misturando jornalismo ágil e melhor prestação de serviço. Hoje é conhecida como Oglobo.com. Ao longo dos anos, surgiram inúmeros aplicativos para tablets Android e iOS. A matéria sobre a prisão de Cancellier foi publicada neste portal às 07h17 do dia 14 de setembro de 2017. Às 08h03 do mesmo dia houve atualizações na notícia que foi assinada pelo próprio O Globo, sem um nome de algum jornalista específico. Entretanto, não fica especificado quais foram as modificações realizadas na matéria. No seu início, ela traz os escritos “RIO”, indicando que foi produzida e apurada à distância.

²⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pf-prende-reitor-da-ufsc-por-suspeita-de-desvios-em-cursos-distancia-21820149>. Acesso em 04 de outubro de 2019.

Figura 6 – Notícia do jornal O Globo

PF prende reitor da UFSC por suspeita de desvios em cursos à distância

Mais de 100 policiais cumprem 28 mandados em três cidades do país

O Globo
14/09/2017 - 01:17 / Atualizado em 14/09/2017 - 08:03



Reitor da UFSC foi preso pela PF. Foto: Reprodução/TV UFSC

RIO — A Polícia Federal prendeu na manhã desta quinta-feira o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luís Carlos Cancellier de Olivo, na operação "Ouvidos Moucos". Mais de 100 policiais cumprem mandados expedidos pela 1ª Vara da Justiça Federal do estado em Florianópolis, Itapema e Brasília, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa suspeita de desviar recursos para cursos de Educação à Distância (EaD) da unidade de ensino.

Quadro 6 - Análise da Notícia do jornal O Globo

Título	PF prende reitor da UFSC por suspeita de desvios em cursos à distância
Linha Fina	Mais de 100 policiais cumprem 28 mandados em três cidades do país
Lead	RIO — A Polícia Federal prendeu na manhã desta quinta-feira o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luís Carlos Cancellier de Olivo, na operação "Ouvidos Moucos". Mais de 100 policiais cumprem mandados expedidos pela 1ª Vara da Justiça Federal do estado em Florianópolis, Itapema e Brasília, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa suspeita de desviar recursos para cursos de Educação à Distância (EaD) da unidade de ensino.
Imagem	1. Imagem de entrevista do ex-reitor dando entrevista para TV UFSC.

Legenda	1. Reitor da UFSC foi preso pela PF Foto: Reprodução/TV UFSC
Fontes	1. Polícia Federal
Adjetivação	“organização criminosa”

Fonte: elaboração própria

A última notícia analisada sobre a prisão de Cancellier traz uma visão parecida com as anteriores, porém há pontos específicos que chamam mais atenção. Abaixo, analisamos todos os operadores.

O título, diferente dos outros veículos, fala diretamente que a Polícia Federal prendeu o ex-reitor por suspeita de desvio de verba na UFSC. O jornal se preocupou em utilizar a palavra “suspeita” na frase, entretanto, erra ao dizer que ele foi preso por suspeita de desvio de verba, sendo que foi preso por suspeita de obstrução de informações. Nesse momento, O Globo não cita a Operação Ouvidos Moucos, apenas traz a informação que a PF o prende. O maior problema desse título é a ideia central que ele transmite para o público. O jornal traz na frase uma informação que não é verdadeira, corroborando para uma construção de uma narrativa errônea sobre os fatos e permitindo que as pessoas criassem uma ideia sobre o reitor que era falsa, como vimos na primeira análise.

A linha fina também trouxe informações diferentes das outras matérias analisadas. A reportagem do O Globo atentou-se nesse momento às informações referentes à Operação, que nem citada no título foi. O jornal fala sobre a quantidade de policiais envolvidos e de mandados de prisão na Ouvido Moucos, dando um panorama e uma ideia do tamanho da operação realizada pela Polícia na investigação do desvio de verba na UFSC. Entretanto, na linha fina também não houve preocupação em colocar o nome da operação sobre a qual o jornal fala e traz informações. Não deixam de ser pertinente e relevante tais informações, contudo, não é possível entender se havia realmente uma operação por trás da investigação, uma vez que ela não foi citada aqui e nem no título.

O lead, por sua vez, é o primeiro momento em que se trazem informações mais concretas sobre a prisão do reitor. Entretanto, sua leitura não condiz realmente com os fatos do acontecimento. Logo após falar sobre a prisão do reitor na primeira linha do lead, o jornal traz a informação que a PF quer desarticular uma organização criminosa que desviou verbas da UFSC e que, por isso, estaria realizando mandados de prisão em três cidades diferentes. Sendo assim, entende-se que Cancellier foi preso por ter desviado verba da Universidade,

estando em consonância com a ideia construída pelo enunciado trazido pelo título. Além disso, o jornal escreve o nome do reitor de maneira errada. Na segunda linha, está escrito “Luís”, sendo o nome de Cancellier escrito “Luiz”. Isso confirma um problema de apuração do jornal para com a notícia, uma vez que o nome dele está disponível em diversos canais institucionais da UFSC de maneira correta. Por fim, constatamos que a apuração foi toda realizada à distância, assim como a sua escrita, pois no início do lead, o O Globo traz escrito “RIO”, indicando que foi elaborada no Rio de Janeiro.

A matéria traz apenas uma foto. Ela mostra o reitor em uma entrevista para a TV UFSC, com um microfone de lapela na camisa, e parece ser uma captura de tela de alguma reportagem realizada pela emissora educativa. A imagem não traz nenhum complemento jornalístico e informacional relevante para a matéria. Assim como as outras notícias analisadas, ela está presente mais no âmbito ilustrativo, mostrando para o público quem é Cancellier. A legenda descreve o momento retratado na imagem e não traz nenhuma informação adicional ou complementar.

Em se tratando de fontes, a matéria fica um pouco mais preocupante. O Globo utilizou-se apenas de uma fonte, sendo ela de cunho oficial, e nem sequer teve o trabalho de entrevistá-la. A reportagem traz apenas informações oficiais emitidas pela Polícia Federal e não se sabe se foram retiradas do site da PF, de uma nota ou de uma entrevista coletiva, por exemplo. Além deles, o veículo não se preocupou em trazer vozes da Universidade, como a assessoria da instituição, da Capes, que teve sua verba desviada, nem de familiares ou defesa de Cancellier.

Por fim, a matéria do O Globo traz uma adjetivação. Ela se encontra logo no lead, onde chama-se os funcionários que supostamente desviaram verba de uma “organização criminosa”. Entretanto, não fica explícito no texto se essa expressão foi utilizada pela própria Polícia Federal, única fonte da reportagem, ou se foi o próprio jornal que decidiu classificar os envolvidos com esse nome. Tal fato nos leva a crer que é um julgamento do próprio meio.

4.2.4 – Considerações das notícias sobre a prisão de Cancellier

A partir da análise dos operadores selecionados, as três notícias sobre a prisão de Luiz Carlos Cancellier de Olivo trazem uma primeira abordagem muito parecida. O Diário Catarinense, assim como a Folha e, mais do que diretamente, O Globo, deixaram como primeira impressão que o ex-reitor participou ativamente do desvio de verba na UFSC e, devido a isso, estaria sendo preso naquela ocasião. Muito disso se deu pela construção dos

títulos e da linha fina, que como vimos no capítulo anterior, constroem uma primeira imagem do acontecimento que está sendo noticiado. Essa impressão errônea ocasionada pela estrutura dos textos apresentada tem relação direta com o artigo 4º, do capítulo dois do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que diz que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. Dessa forma, a construção das frases não pode dar a entender o que realmente não é. Se Cancellier foi preso por suspeita de obstrução de informações, se torna impróprio e antiético apresentar um título que permite entender que ele foi preso por suspeita de desvio de verba - mesmo que a Operação que o prendeu investigue esse crime.

Os leads em geral estão, também, de acordo com a ideia construída nos títulos. Os jornais não dizem que Cancellier foi preso por desvio de verba, mas deixam de explicar que o real motivo foi suspeita de obstrução de informações para a investigação da PF. Entretanto, é necessário ressaltar que em momento algum a PF disse diretamente que o ex-reitor participou do crime de desvio de verbas. Apenas a Folha teve o cuidado de corrigir a publicação, adicionando uma atualização no final da página, no entanto, além de não terem corrigido as informações no texto original da reportagem, apenas atualizaram a matéria após o suicídio de Cancellier. Como vimos na primeira análise, muitos jornalistas presentes no programa radiofônico que analisamos “Jornalismo em Debate” avaliam que esse tipo de apuração e publicação, como a Folha fez, impulsionou na decisão do ex-reitor de tirar a própria vida, uma vez que ele teve sua moral rebaixada perante a comunidade, incluindo a acadêmica. As outras duas notícias analisadas também fizeram atualizações, entretanto não deixam claro quais modificações foram realizadas.

As fotografias também não foram usadas para agregar informações na notícia. Em todas as três, as imagens foram utilizadas apenas como ilustração, uma vez que apenas indicavam quem era Cancellier ou o campus da UFSC, e não mostram o momento da prisão ou algo relativo à Operação Ouvidos Moucos. As legendas também não trouxeram informações relevantes e novas. Elas foram usadas para, literalmente, descrever o que estava retratado na imagem. Isso confirma a apuração realizada a distância, uma vez que os jornais analisados não estiveram presentes para fotografar o que estava acontecendo. De acordo com o inciso II, do artigo 7º do segundo capítulo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, os jornalistas não podem “submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação”. Ou seja, o fato de estar longe do acontecimento não pode ser um empecilho para que a apuração seja bem feita e traga informações precisas em relação ao que está sendo noticiado.

Em relação às fontes, a principal utilizada nas três reportagens foi a Polícia Federal. Entretanto, todas as informações foram retiradas de notas lançadas pela PF. A organização não foi entrevistada em nenhum momento diretamente. O Diário Catarinense e a Folha utilizaram outras fontes, sendo a Assessoria da UFSC, a Capes e o Assessor direto de Cancellier. Dessas quatro, a única fonte mais próxima ao reitor foi a última. As demais não foram entrevistada diretamente, apenas por meio de nota. Como vimos na primeira análise, uma das falhas éticas mais citadas que apareceram na apuração das matérias veiculadas pela mídia foi a falta de pluralidade de fontes - referente ao artigo 7º do capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Os jornais não trouxeram falas do reitor - que pode ser compreensível pelo processo de prisão que ele estava passando -, nem da defesa, amigos ou familiares. Em geral, essa análise nos permitiu perceber que as principais informações são de cunho oficial, trazidas por meio de notas, onde os jornais não se propuseram a entrevistar os órgãos diretamente, mais uma vez confirmando a apuração realizada à distância.

Por fim, duas das três notícias analisadas trazem uma adjetivação para os suspeitos de participarem do desvio de verba. “Organização criminosa” foi citado pelo Diário Catarinense e pelo O Globo para se referirem aos suspeitos, mas em momento algum fica claro se a Polícia Federal, órgão que realiza a investigação acerca do crime realizado, os classificaram de tal forma. Assim, a partir da análise das notícias, compreendemos que foram os veículos que utilizaram, por conta própria, essa denominação para se referirem aos suspeitos investigados pela Operação.

4.2.5 – O Município

O jornal O Município²¹ é um veículo da cidade Brusque, que fica na microrregião de Blumenau e a, aproximadamente, 130 quilômetros de Florianópolis. Fundado em 1954 pelo radialista Raul Schaefer, nasceu semanário e possuía quatro páginas. A versão impressa passou por reformulações ao longo do tempo, que marcaram sua trajetória. Segundo a descrição do jornal em seu portal, o veículo se tornou diário em 2002 para aumentar o compromisso de levar a informação para a comunidade de Brusque e região. Com isso, ele passa a se chamar “O Município Dia a Dia”. Em 2017, ele volta a assumir a antiga identidade. O portal online foi fundado em 2000 e, segundo seu site, foi um dos primeiros a disponibilizar a versão impressa em modo folhear (*flip*). Ao noticiar a morte de Luiz Carlos Cancellier de

²¹ Disponível em <https://omunicipio.com.br/reitor-afastado-da-ufsc-e-encontrado-morto-em-shopping-de-florianopolis/>. Acesso em 4 de outubro de 2019.

Olivo, o jornal publicou uma matéria no seu portal online em 2 de outubro de 2017, às 11h47, assinada por Daiane Benso.

Figura 7 – Notícia do jornal O Município

Reitor afastado da UFSC é encontrado morto em shopping de Florianópolis

Luiz Carlos Cancellier caiu no vão central do centro comercial por volta das 10h30 desta segunda-feira, 2

Por Daiane Benso | 02/10/2017 | 11:47



Luiz Carlos Cancellier, reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira, 2 no Beiramar Shopping, em Florianópolis.

Quadro 7 - Análise da notícia do jornal O Município

Título	Reitor afastado da UFSC é encontrado morto em shopping de Florianópolis
Linha Fina	Luiz Carlos Cancellier caiu no vão central do centro comercial por volta das 10h30 desta segunda-feira, 2.
Lead	Luiz Carlos Cancellier, reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira, 2 no Beiramar Shopping, em Florianópolis.
Imagem	1. Foto de Cancellier com um auditório ao fundo.

Legenda	1. Reitor havia sido afastado da instituição por determinação da justiça
Fontes	1. Assessoria do Beiramar Shopping
Adjetivação	Não há adjetivação específica.

Fonte: elaboração própria

A matéria do jornal O Município abre a seção que analisa notícias sobre a morte de Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Nesta primeira reportagem, percebemos que é uma matéria pequena, simples, mas que apresenta alguns problemas. Abaixo, iremos analisar cada um dos operadores.

O título da notícia foi bem objetivo e não apresenta nenhum problema em relação ao seu conteúdo. A frase diz claramente que o reitor afastado da UFSC foi encontrado morto em shopping de Florianópolis. Quando suicidou, Cancellier ainda estava em afastamento da Universidade por determinação judicial, porém, não era mais mantido em prisão domiciliar, nem na delegacia. Entretanto, o veículo optou por não informar em primeiro momento que o caso se tratava de um suicídio. Essa palavra aparece pela primeira vez apenas no terceiro parágrafo, em nota da assessoria do shopping, que detalharemos mais abaixo.

A linha fina traz informações que complementam o título e, basicamente, informa o que também está no lead. Como observado no parágrafo anterior, a palavra “suicídio” não aparece nesse primeiro momento. Nela, o jornal informa que Cancellier caiu no vão central do centro comercial - e não que ele se jogou - por volta das 10h30 na manhã do dia 2 de outubro de 2017, informando que era uma segunda-feira.

O lead, por sua vez, não apresenta quase nenhuma informação adicional do que já foi dito no título e na linha fina. A única coisa que difere é o nome do shopping onde aconteceu o fato, que aparece pela primeira vez no primeiro parágrafo. O lead não é grande, o que mostra falta de informações no que tange os acontecimentos atrelados ao suicídio. As informações sobre a Operação Ouvidos Mucos aparecem apenas no terceiro parágrafo, deixando de contextualizar o leitor no início do texto. O parágrafo possui apenas uma frase e não aprofunda no assunto da morte, nem da Operação. A matéria transmite a impressão de que é apenas uma nota de primeiro momento e que, mais tarde, haveria mais atualizações sobre o caso. Entretanto, não houve nenhuma mudança no texto e nem indicativo de alteração.

A imagem trazida pela reportagem, assim como aconteceu nas três primeiras notícias analisadas, é utilizada de forma ilustrativa. Ela traz o ex-reitor na frente de um auditório, que

contém algumas pessoas sentadas. Ele veste um terno e olha para a câmera. Ou seja, não retrata, em momento algum, o fato que está sendo noticiado. Eles não se preocuparam em colocar uma foto do shopping, por exemplo. Apenas asseguraram que seus leitores soubessem quem é a figura de Cancellier. A legenda, por sua vez, não descreve a imagem utilizada. Ela é informativa e traz um conteúdo que complementa uma informação trazida no título, explicando o porquê dele estar afastado da UFSC.

Em relação às fontes, a matéria traz apenas uma. A assessoria do Beiramar Shopping entra com uma fala que foi emitida por meio de uma nota oficial. Não foram realizadas entrevistas e nenhum contato direto com nenhuma outra fonte. Entretanto, em sua fala, a assessoria não confirma que Cancellier cometeu suicídio. A nota diz que um homem, sem citar nomes, cometeu o ato se jogando do vão central do local. A confirmação de que era Cancellier não vem relatada por nenhuma fonte em específico e o jornal não indica se foi uma informação em off ou de fonte oculta. Nesse sentido, faltou clareza no texto no que se diz respeito a confiabilidade das informações. Não é possível saber de onde o jornal tirou, com tanta firmeza, que era o ex-reitor, uma vez que não há ninguém na reportagem que confirme o fato, como por exemplo, a Polícia Federal, a família, a Universidade ou algum amigo.

4.2.6 – G1

O portal de notícias G1²² pertence ao Grupo Globo que, como vimos anteriormente, é um dos maiores no país. Ele foi fundado em 18 de setembro de 2006, ano em que a Rede Globo completou 41 anos. A partir de 2010, o portal lançou as versões em inglês e espanhol. Em 2015, o portal ganhou um programa na televisão chamado “G1 em 1 minuto” que traz as principais notícias do portal em um momento rápido e descontraído. De acordo com os princípios editoriais do grupo disponíveis no site, eles trabalham com informações de qualidade, que se resumem em: isenção, correção e agilidade. A matéria sobre o suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi publicada no dia 02 de outubro de 2017, às 11h28 e, atualmente, indica ter sido alterada “há 2 anos”, sem informar diretamente quais seriam as mudanças e atualizações realizadas no corpo da reportagem. A matéria é assinada por Fernanda Burigo e Mariana de Ávila, do G1 de Santa Catarina.

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/reitor-afastado-da-ufsc-e-encontrado-morto-em-shopping-em-florianopolis.ghtml>. Acesso em 4 de outubro de 2019.

Figura 8 – Notícia do G1

Reitor da UFSC é encontrado morto em shopping em Florianópolis

Luiz Carlos Cancellier chegou a ser preso em ação da PF contra desvios na universidade.

Por Fernanda Burigo e Mariana de Ávila, G1 SC

02/10/2017 11h28 · Atualizado há 2 anos



Reitor afastado da UFSC é encontrado morto em shopping em Florianópolis

O reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira (2) no Beiramar Shopping, em **Florianópolis**.

Quadro 8 - Análise da matéria do G1 sobre a morte de Cancellier

Título	Reitor da UFSC é encontrado morto em shopping em Florianópolis
Linha Fina	Luiz Carlos Cancellier chegou a ser preso em ação da PF contra desvios na universidade.
Lead	O reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira (2) no Beiramar Shopping, em Florianópolis.
Imagem	1. Foto do vão central do Beiramar Shopping, de onde o reitor se jogou, com pessoas limpando o local e realizando investigações.
Legendas	1. Reitor se jogou no vão central, informou o shopping — Foto: Roberta Guerreiro/Divulgação

Fontes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Polícia Federal 2. Assessoria do Beiramar Shopping 3. Chefia de Gabinete da UFSC 4. Polícia Civil
Adjetivação	Não há nenhuma adjetivação em específico.

Fonte: elaboração própria

A segunda matéria analisada sobre a morte de Cancellier é a mais completa de todas que trouxemos neste trabalho. A reportagem mescla os textos com os vídeos das matérias televisivas do Jornal do Almoço, telejornal local da emissora NSC, afiliada da Rede Globo. Abaixo, analisaremos mais a fundo cada operador da matéria:

O título traz a informação de que o reitor da UFSC foi encontrado morto em shopping de Florianópolis. Nesse momento da notícia, o portal decide não ressaltar que ele estava afastado do cargo, como aconteceu na análise anterior. E, da mesma forma que ocorreu no jornal O Município, o G1 priorizou por não utilizar a palavra “suicídio” no início da matéria, mesmo já tendo plena certeza que se tratava de tal ato. Como vimos no primeiro capítulo, Arthur Dapieve (2007) resalta que veículos de comunicação criaram uma cultura de não utilizar a palavra “suicídio” para não incentivar pessoas a cometerem tal ato. Perceptivelmente, o G1 também segue esse costume. Para além disso, o título pode gerar uma certa confusão para os leitores. O enunciado não afirma que Cancellier estava afastado do cargo de reitor da UFSC, dando liberdade para entender que quem foi encontrado morto, na verdade, fosse seu substituto. Uma vez que Cancellier estivesse afastado, alguém estaria o substituindo. Para quem não estava por dentro das notícias e se deparasse com essa frase, o entendimento poderia ser conturbado.

A linha fina, por sua vez, traz informações referente ao processo judicial em que Cancellier estava passando naquele período e aí sim a matéria deixa claro que o reitor ao qual o título se refere é a Cancellier, afastado. Nessa passagem, o G1 traz a informação de que o ex-reitor foi preso em ação da Polícia Federal contra um desvio de verba na UFSC. O que o portal resalta neste momento não está errado. Entretanto, assim como aconteceu nas análises das notícias sobre a sua prisão, a construção da frase do jeito em que foi escrita leva a entender que ele foi preso pelo desvio de verba, uma vez que não diz outro motivo pelo qual ele poderia ter sido preso. A linha fina traz um tamanho relativamente pequeno em relação a outras que o G1 já publicou. Por exemplo, em matéria aleatória publicada no dia 07 de

novembro de 2019²³ a linha fina traz 182 caracteres. Ou seja, quase 100 a mais do que na reportagem sobre a morte de Cancellier. Isso prova que eles poderiam ter escrito mais informações para deixar claro que o ex-reitor não havia sido preso por desvio de verba, mas sim por suspeita de obstrução de informações nas investigações da PF.

A matéria é ilustrada por três vídeos²⁴ e uma fotografia. A imagem utilizada mostra o vão central do shopping onde Cancellier se jogou. Na cena mostrada pela reportagem, há pessoas realizando a limpeza do local e, também, pessoas fazendo vistorias e investigações, utilizando luvas e roupas sociais - o que indica ser de um órgão responsável por esse trabalho. Dessa maneira, entende-se que a imagem foi feita pouco tempo depois da morte de Cancellier, uma vez que ele se jogou naquele local e a foto retrata procedimentos comuns a serem realizados em casos como esses. A legenda ressalta que o ex-reitor da UFSC se jogou no vão central do shopping, confirmando que se trata de um suicídio e não uma morte acidental.

Em relação às fontes, essa é a reportagem que apresentou um maior trabalho de apuração, trazendo quatro fontes diferentes para o texto. Entretanto, ainda permaneceram muito no âmbito oficial, com falas expressadas principalmente por notas emitidas por instituições e órgãos. A nota oficial da assessoria do Beiramar Shopping falava que um homem, sem citar nomes, cometeu suicídio, caindo no vão central do prédio. Após, a Polícia Militar (PM) e o Instituto Médico Legal (IML) confirmaram a identidade da vítima. A chefia de gabinete da UFSC também entrou na matéria com uma nota explicando que dois pró-reitores estiveram no local para ajudarem na identificação do corpo. Além disso, disseram que as pró-reitorias e a Administração Central da Universidade paralisaram suas atividades no dia do acontecido devido a morte de Cancellier. Já a Polícia Civil foi uma das responsáveis pela investigação e por cuidar do caso assim que aconteceu a morte do ex-reitor. A partir disso, o G1 utilizou informações oficiais emitidas pelo órgão, mas não disse se foram retiradas de notas oficiais ou se realizaram entrevistas. Entretanto, o portal não se preocupou em conversar com pessoas mais próximas, como amigos, familiares e colegas de profissão. Se ateve apenas a fontes oficiais por meio de notas. Em uma matéria que aborda esse tipo de acontecimento, seria mais interessante uma abordagem mais humana, que contasse o que aconteceu e falasse sobre o processo no qual ele estava passando, mas não deixasse de ressaltar a sua importância no meio em que atuava.

²³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/11/07/estudo-feito-em-mariana-e-barralonga-atingidas-pela-lama-da-samarco-aponta-perigo-urgente-para-a-saude-publica.ghtml> . Acesso em 07 de novembro de 2017

²⁴ A matéria traz três vídeos de reportagens da TV Globo sobre o caso. Entretanto, neste trabalho não nos propusemos a analisar os vídeos por demandar outros operadores que fogem à análise proposta.

Em relação à adjetivações, a matéria não apresenta nenhuma palavra que caracterize, especificamente, o reitor ou o grupo de suspeitos de terem cometido o crime, como ocorreu em outras matérias analisadas.

4.2.7 – Exame

A revista Exame²⁵ foi fundada em julho de 1967 e pertence ao Grupo Abril que também é detentor de títulos famosos no Brasil, como a Revista Veja. Sua versão impressa é publicada quinzenalmente e seus pilares são assuntos de economia, política, tecnologia e negócios. Segundo a aba “sobre” no portal da revista na internet, o site exame.com.br é a principal fonte de negócios do país. O site é atualizado das 06h às 23h, sete dias por semana, e conta com uma equipe de 30 jornalistas. Segundo a comScore, com dados de outubro de 2017, o site tem audiência mensal de 16 milhões de visitantes. Para noticiar a morte de Cancellier, a Revista Exame publicou matéria em 2 de outubro de 2017, às 11h43. Atualizações foram feitas na reportagem às 12h43, entretanto não fica explícito na matéria quais foram as mudanças realizadas no texto. A notícia é assinada por “Estadão Conteúdo”, indicando que a apuração foi realizada pelo Estadão.

Imagem 9 – Notícia da Revista Exame



²⁵ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/reitor-afastado-da-ufsc-e-encontrado-morto-em-shopping>. Acesso em 4 de outubro de 2019.

Tabela 9 - Análise da matéria da Revista Exame sobre a morte de Cancellier

Título	Reitor afastado da UFSC é encontrado morto em shopping
Linha Fina	Administração de shopping confirmou que um corpo foi encontrado na propriedade
Lead	São Paulo – O reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina, Luis Carlos Cancellier Olivo, foi encontrado morto nesta segunda-feira, 2, no Beiramar Shopping, em Florianópolis. Há a suspeita de que ele teria se jogado de um vão central do shopping.
Imagem	1. Foto de Cancellier sorrindo assinando uma folha.
Legenda	1. Luiz Carlos Cancellier, reitor afastado da UFSC (Facebook/Reprodução)
Fontes	1. Assessoria do Instituto Médico Legal 2. Delegada de Polícia Federal Erika Mialik Marena 3. Polícia Federal
Adjetivação	Não há adjetivações específicas

Fonte: elaboração própria

A última matéria a ser analisada é da Revista Exame. Ela apresenta características que são comuns a outras matérias analisadas. Vamos, a partir de agora, olhar para cada operador individualmente e entender um pouco mais sobre o enquadramento da notícia.

O título da notícia fala que o reitor afastado da UFSC foi encontrado morto em shopping. Nesse momento, o veículo se atenta em dizer que foi o reitor afastado encontrado morto. Dessa forma, a revista se isenta da possível dúvida que o jornal anterior, o G1, pode gerar. Assim como os outros analisados, a Exame também não utiliza a palavra suicídio no início. Mais á frente, veremos que este foi o jornal que utilizou a palavra mais no início da reportagem, entretanto, ainda seguindo o costume de não falar sobre isso no título.

Na linha fina, não há citação sobre o suicídio. As informações trazidas nesse momento falam da confirmação de que o corpo de um homem foi encontrado no vão do shopping, segundo a assessoria do local. Assim como vimos em outros jornais, a assessoria não confirmou o nome e identidade da pessoa e, na linha fina, a revista também não cita o nome de Cancellier, mostrando que a assessoria não confirmou mesmo a pessoa que realizou o ato.

O lead, por sua vez, traz informações de modo parecido com os outros veículos analisados. O parágrafo começa com os dizeres “SÃO PAULO”, dando a compreender que a matéria foi apurada e elaborada a distância. Além disso, mais uma vez o jornal reitera que o

reitor afastado foi encontrado morto. Novamente, evita a confusão com quem foi encontrado morto e também faz referência a todo o processo no qual ele estava passando. Dessa forma, o leitor que não está antenado ao que está acontecendo sabe que, além da morte do ex-reitor, tem toda uma problemática por trás que pode, de alguma forma, ter relação com o acontecimento que está sendo noticiado. Diferentemente dos outros jornais analisados, a Exame foi a único a trazer a palavra “suicídio” no lead. Nas outras análises, percebemos que esse fato só foi citado do terceiro parágrafo para baixo, às vezes aparecendo no final do texto - mesmo tendo certeza do que se tratava desde o início.

A imagem da matéria mostra Luiz Carlos Cancellier de Olivo em um momento sorridente, assinando uma folha. Não é possível identificar sobre o que se trata o papel, entretanto é notório que a fotografia não representa nenhum momento em relação ao fato que está sendo noticiado. A revista não se preocupa em trazer uma foto do local, por exemplo. Dessa forma, é entendível, assim como vemos em outros casos, que a fotografia foi utilizada de forma ilustrativa, para mostrar para o público quem é Cancellier. A legenda também não traz uma informação que complemente o texto. Ela apenas diz “Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor afastado da UFSC”, confirmando assim que a imagem tem um caráter ilustrativo

Em relação a fontes, a Exame traz falas de três informantes. Duas delas não haviam aparecido em nenhuma outra notícia analisada. A delegada da Polícia Federal, Erika Mialik Marena, havia aparecido apenas sendo citada pela PF em outras matérias, não tendo falas diretas. Já o IML apareceu pela primeira vez no G1, mas dentro de uma das falas da Polícia Civil. Na matéria publicada pela Exame, essas duas fontes aparecem com falas próprias, entretanto, não fica explícito se foi realizado uma entrevista ou se foram retiradas de notas oficiais. Como a matéria foi escrita a partir de uma apuração terceirizada, ou seja, feita por outro veículo, subte-se que eles não realizaram entrevistas diretas. Entretanto, pode ser que o Estadão, responsável pelo conteúdo, tenha realizado, mas não fica claro.

4.2.8 – Considerações sobre as notícias da morte de Cancellier

As três matérias, no geral, trazem uma perspectiva semelhante. Entretanto, elas se destoam em alguns pontos específicos. Pode ser por questões editoriais ou mesmo por questões relativas ao processo de apuração e produção das matérias. Vamos observar cada operador e entender um pouco das diferenças entre cada veículo.

No título, os três veículos trouxeram informações semelhantes. A diferença principal que pode ser notada é que o G1 não deixou explícito que o reitor que foi encontrado morto

estava afastado do cargo. Os três reiteraram, inclusive, que o corpo foi encontrado em um shopping de Florianópolis.

Na linha fina, cada veículo optou por uma forma de informação. O jornal O Município traz informes referente ao ocorrido, dizendo que Cancellier caiu no vão central. Essa informação foi repetida no lead, junto com o título, sem ter nenhuma informação a mais que completasse essa primeira parte da matéria. O G1 fala sobre o ex-reitor ter sido preso em Operação da PF que investiga desvio de verba na UFSC. Já a Exame traz falas presentes na nota oficial da Assessoria do Beiramar Shopping onde confirmam que um corpo foi encontrado no vão central do shopping. O G1, entretanto, foi o único que comete o erro de escrever uma linha fina que dá a entender que Cancellier havia sido preso, anteriormente, por desvio de verba na Universidade. Como vimos anteriormente, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, no artigo 4º do segundo capítulo, deixa claro sobre a responsabilidade dos profissionais na forma em que são divulgadas as informações.

Os leads trazem, no geral, dados parecidos. Seguem a estrutura básica desse parágrafo, mas apenas a Revista Exame opta por falar nesse momento que o caso se trata de um suicídio. O jornal O Município traz as mesmas informações presentes no título e na linha fina, o que mostra uma falta de apuração e de complementaridade com a matéria, pois é sabido que havia mais informes para se inserir, tanto no lead, quanto no resto da matéria. O G1 traz um lead simples mas não deixa de completar a matéria nos outros parágrafos. Contudo, nem O Município, nem o G1, tratam o caso como um suicídio no início. Essa informação foi deixada para aparecer mais no fim da matéria. Isso é entendível devido ao costume de não falar sobre suicídio em notícias, como vimos anteriormente.

As imagens também apresentaram diferenças. Enquanto o O Município e a Exame optaram por fotografias no âmbito ilustrativo, que mostrassem o rosto de Cancellier em momentos que não condizem com o fato noticiado, o G1 traz três reportagens em vídeo da afiliada da Rede Globo em Santa Catarina (o qual não analisamos, como foi explicado em nota de rodapé) e uma fotografia do vão central do Beiramar Shopping em que Cancellier cometeu o suicídio, enquanto ainda acontecia as investigações e a limpeza do local.

Em relação às fontes, essas três notícias procuraram opções mais variadas em relação às outras sobre a prisão de Cancellier. Entretanto, a Polícia Federal ainda continuou sendo a principal fonte de informações para a apuração das matérias. Nas notícias que falam sobre a morte de Cancellier, tivemos o IML, a delegada da Polícia Federal, a Polícia Civil, a assessoria de gabinete da UFSC e a assessoria do Beiramar Shopping, por exemplo. Contudo, o que predominou foram as informações emitidas por meio de notas oficiais. Não houve

entrevistas diretas, nem coletiva. Além disso, os veículos ignoraram fontes mais próximas a Cancellier, como amigos, familiares ou colegas de trabalho. Se ativeram a informações oficiais e não deram espaço para um jornalismo mais humano em relação ao significado da perda de Cancellier para as pessoas.

Considerações Finais

Em tempos de ataques ao ofício do jornalismo no Brasil, onde perdemos uma credibilidade que antes era conferida com grande louvor ao profissional da área, é necessário fazer uma avaliação de como tem se dado o trabalho oferecido para a população. Neste trabalho, nos propusemos analisar a cobertura midiática da prisão e do suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, sob duas óticas: a Teoria do Enquadramento e a Ética Jornalística.

Começamos o trabalho trazendo as perspectivas, primeiramente, da Teoria do Enquadramento e mostrando quais as suas implicações dentro da construção das notícias e das narrativas que estão sendo construídas. Uma vez que se tem vários pontos de vista e, principalmente, uma base ideológica por traz de uma lógica de produção jornalística, torna-se necessário entender que o profissional traz para a notícia ou reportagem uma visão um tanto quanto pessoal, uma vez que é ele quem escolhe as informações e as utiliza da maneira que achar adequada. Entretanto, isso não se torna um problema. Uma vez que as informações trazidas pelo jornalista na matéria são utilizadas de forma correta, não há empecilhos na utilização de uma forma mais pessoal.

Contudo, entramos em uma segunda discussão que se torna importante nesse mesmo contexto, principalmente quando observamos que perdemos a credibilidade perante a sociedade. A ética está presente em toda e qualquer situação e no âmbito profissional não seria diferentes. Uma série de regras de conduta se tornou necessária para não transformar uma profissão tão livre, em alguns aspectos, como o jornalismo, em uma baderna. No Código de Ética encontramos uma série de deveres e proibições que nos permite entender o que é certo e o que é errado publicar em um portal de notícias, por exemplo. E, para além disso, como tratar as informações de maneira correta, não atacando ninguém e não incitando violência, morte ou infringindo os direitos humanos, por exemplo. Contudo, na análise produzida para esse trabalho, pudemos perceber que a falta de ética ainda se faz presente em veículos comunicacionais mercadológicos.

Como objeto de análise, escolhemos a cobertura midiática da prisão e suicídio de Cancellier. Para o primeiro processo analítico, selecionamos como objeto o programa Jornalismo em Debate, da Rádio Ponto UFSC. A escolha desse programa veio por vários motivos e um deles, inclusive, é pelo fato de ser de uma emissora de uma webrádio pública educativa. Como vimos no segundo capítulo, a universidade pública é um espaço de debate e a webrádio veiculada à uma instituição de ensino federal se torna um local de ampla discussão

da ética jornalística. Afinal, entendemos que ali é o local ideal e necessário para se aplicar e ensinar como se deve atuar na profissão de maneira ética.

O programa discute com diversos jornalistas como se deu a cobertura em geral da prisão e suicídio de Cancellier. Ao fazermos a aplicação da Análise de Conteúdo, como explicamos no terceiro capítulo, percebemos que os jornais, em sua maioria, fugiram do que se entende como ética. Não respeitaram a imagem do ex-reitor, publicaram matérias com poucas fontes, sendo a maioria oficial, não apuraram de maneira corretas as informações, dentre outros erros que foram levantamos na discussão. Ou seja, entendemos que o jornalismo errou, na opinião dos jornalistas presentes no programa, ao fazer a cobertura do caso.

Após essa análise, realizamos a próxima. Dessa vez, os objetos selecionados eram seis notícias de veículos de comunicação mercadológicos, sendo três sobre a prisão e três sobre a morte. Escolhemos operadores, desta vez, relacionados Teoria do Enquadramento, para percebermos como foi construída a história do caso por meio das notícias publicadas. O que percebemos é que os veículos postaram narrativas completamente conturbadas sobre o que realmente aconteceu. De acordo com o que se tornou público nos portais, Cancellier foi diversas vezes acusado, pelas matérias, de ser suspeito de desvio de verba. Entretanto, em momento algum Polícia Federal, responsável pela investigação, acusou o ex-reitor pelo crime, e sim por suspeita de obstrução de informações, que foi o motivo de sua prisão preventiva. Isso aconteceu muito pelas construções textuais das frases, do título e linha fina principalmente. A escolha do léxico é muito importante, principalmente a primeira parte da notícia que é o que chega primeiro ao público.

Ou seja, entendemos que, mesmo em 2019, com um Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros já consolidado e um conjunto de Princípios Internacionais Éticos para usar de embasamento, a imprensa brasileira ainda tem muito a melhorar. Erros básicos de apuração de notícia, de escritas ambíguas ou incompletas, ainda se fizeram presentes na maioria das matérias em que analisamos. Além disso, ressaltamos que as lacunas deixadas nas matérias sobre o caso, que aparecem por meio da má apuração, falta de informações relevantes ou, até mesmo, incorretas, podem refletir os interesses partidários das empresas midiáticas em querer passar para o seu público uma imagem deturpada das universidades públicas e, também, de seus servidores. Essa ideia anda em consonância com a atuação do próprio Governo Brasileiro que, como salientamos na introdução deste trabalho, vem realizando um sucateamento e uma desmoralização da educação pública no país.

Percebemos, também, que as rádios públicas, mesmo fugindo da lógica mercadológica, estão dentro do capitalismo, uma vez que essa é o sistema presente no Brasil

desde seu descobrimento. Dessa forma, essas emissoras ainda sofrem com defasagem de funcionários e de verba, afinal, elas dependem de fontes monetárias públicas para o seu funcionamento. Ou seja, o desenvolvimento de suas atividades é atrelado a um tipo de governo que pode se esforçar, ou não, para manter o andamento adequado das emissoras públicas. Por fim, ressaltamos que, mesmo com toda essa problemática perceptível no meio mercadológico em decorrência do capitalismo, as webrádios públicas educativas ainda resistem em fazer programas de qualidade, tendo se tornado um local de debate para a prospecção da ética profissional no âmbito jornalístico.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Ingrid; Pereira; BETTI, Juliana Gobbi; MEDITSCH, Eduardo. **Ensino de Jornalismo: prática laboratorial na era da convergência.** In: Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Caxias do Sul - RS, 2017.

BAHIA, Ana Lúcia Alves ; RIGUEIRA, Marina Rigueira Carlos e. **A ética e o ensino de jornalismo.** Mediação, Belo Horizonte, jan/jun 2009.

BARBOSA, Ana Carla; OGASAVARA, Rômulo; BENAZZI, Lauriano A. **Jornalismo e Suicídio: ética e noticiabilidade.** In: Anais XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010.

BERTÊ, Júlia Magalhães ; SEIBT, Taís. **Interesse público e liberdade de expressão: a ética jornalística em evidência no debate sobre a autorização prévia de biografias.** In: Anais XXXIX Congresso Brasileiro e Ciências Da Comunicação, 2016, São Paulo (SP).

BOEHM, Camila; CRUZ, Fernanda. **País ainda não "passou a limpo" período da ditadura, diz procuradora.** 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/pais-ainda-nao-passou-limpo-periodo-da-ditadura-diz-procuradora>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Investigado, difamado, exilado e sepultado.** 2017. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2017/10/03/investigado-difamado-exilado-e-sepultado/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros,** 2007.

CÔRTE, Eltrina; KHOURY, Hilma Tereza Tôrres; MUSSI, Luciana Helena . **Suicídio de idosos e mídia: o que dizem as notícias?.** Psicologia USP, v. 25, p. 253-261, 2014.

DAPIEVE, Arthur. **Suicídio por contágio.** Rio de Janeiro: RJ, 2006.

DAPIEVE, Arthur. **Morreu na Contramão: o suicídio como notícia.** Rio de Janeiro: RJ, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO: **PF liga ex-reitor da ufsc a desvio, mas não apresenta provas em 817 página.** São Paulo, 10 maio 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/pf-liga-ex-reitor-da-ufsc-a-desvio-mas-nao-apresenta-provas-em-817-paginas.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

GRANDO, Carolina Pompeo. **O suicídio na pauta jornalística.** 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-suicidio-na-pauta-jornalistica/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

HERSCOVITZ, HG. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: Lago C, Benetti M. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes; 2007.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil**. In: Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro/RJ, 2005.

KARAM, Francisco. **Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo**. estudos em Jornalismo e Mídia, v. 1, n. 1, p. 118-130, 2004.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Compartilhar, etiquetar: Interações no rádio social**. Comunicação, Mídia e Consumo (Online), v. II, p. 143-162, 2014.

LOPEZ, Debora Cristina; AVELAR, Kamilla Morando; VIANA, Luana. **Panorama das webrádios de universidades federais do Sul do Brasil**. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 13, p. 98-108, 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMOES, Paula Guimarães. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, Junho 2012 .

MOURA, Deyse Alini de. KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. **A comunicação pública e a função social do rádio: reflexões sobre o radiojornalismo de interesse público no Brasil**. Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG, v. 08, n. 01, pp. 132-157, jan./jun. 2017.

NUNES, João Arriscado. **Ervin Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1993, p. 33-49. Coimbra/Portugal.

OLIVEIRA, Jerry de. **Rádio Democracia: a Luta por uma outra Comunicação no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/01/radio-democracia-luta-por-uma-outra-comunicacao-no-brasil-por-jerry-de-oliveira/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

ONLINE, Ihu. **Rádios comunitárias são instrumentos de democracia**. 2009. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/radios-comunitarias-sao-instrumentos-de-democracia/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

PORTO, Mauro. Enquadramento da Mídia e Política. In: ALBINO, Antonio; (ORG.), Canela Rubin (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador, Bahia: CompÓs, 2004. Cap. 3. p. 73-104. Preparação de Originais, Revisão e Normalização: Nídia Lubisco, Tania de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho.

PRATA, Nair; BIANCO, Nélia. Perfil do ensino de rádio no Brasil. In: ZUCULOTO, Valci; KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina. (Org.). **Estudos Radiofônicos no Brasil - 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom**. 1ed. São Paulo: Intercom, 2016, v. 1, p. 204-215.

REVISTA EXAME. **Democracia do Brasil está ameaçada, diz estudo alemão**: Existem crescentes explosões de apoio para intervenção militar, reduzindo a

tolerância em relação às minorias, afirmou o relatório da Fundação Bertelsmann. 2018. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/democracia-do-brasil-esta-ameacada-diz-estudo-alemao/> >. Acesso em: 09 nov. 2019.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; SILVA, Alberto Marques. **Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria**. Intexto: PPGCOM UFRGS, Porto Alegre, n. 26, p.98-144, jul. 2012.

SANTOS, Donminique Azevedo dos. **Uma análise de enquadramento**. 2010. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/uma-analise-de-enquadramento/>>.

SPENTHOF, Edson Luiz. **A importância das rádios e TVs universitárias como laboratórios**. 1998. p.153-166.

UFSC, Rádio Ponto. **Edição especial do “Jornalismo em Debate” “A cobertura da Operação Ouvidos Mucos e da morte do reitor da UFSC Luiz Carlos Cancellier” Nesta sexta-feira, dia 24, na Rádio Ponto UFSC**. 2017. Disponível em: http://radioponto.sites.ufsc.br/siteantigo/index.php?option=com_content&view=article&id=%202628:2017-11-24-17-38-58&catid=10:noticias&Itemid=21. Acesso em: 01 out. 2018.

VIANA, Luana; MARITAN, Matheus; SANTOS, Priscila. **Um retrato do consumo de mídias por estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto**. Temática- Revista eletrônica de publicação mensal, v. 13, p. 199-211, 2017.

YOBA, Carlos Pedro Cláver. **Ética e deontologia profissionais do professor universitário**. Constr. psicopedag., São Paulo , v. 18, n. 16, p. 34-44, jun. 2010 .

ZUCULOTO, V. R. M. **Radiojornalismo público brasileiro: proposta de investigação histórica sobre experiências contemporâneas de redes, sistemas e produções conjuntas**. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (Org.). *Mídias Sonoras em 4 dimensões*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/midiasonoraII.pdf>

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A história do Rádio Público no Brasil: um resgate pela linha do tempo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34^a ed., 2011, Recife, Pernambuco. Anais. Recife: Intercom, 2011. p. 01 – 14.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer et al. **Rádio Ponto UFSC: duas décadas de referência e contribuição à história do rádio universitário na web**. In: 7^o ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2018, Santa Maria, RS. Santa Maria: Alcar, 2018. p. 01 - 14.